

# Debate Sindical

Ano 10 - Nº 24 - fevereiro / março / abril 97 - R\$ 7,50

Arte de BigNell sobre foto de Alexandre Machado

ESCOLHA  
E GOLPE

## Os desafios do sindicalismo em 97

Ricardo Antunes polemiza  
sobre as causas da crise  
do movimento operário

Os falsos argumentos dos  
defensores do contrato  
temporário de trabalho

As divergências do MST  
com a política agrária  
alardeada pelo governo

# ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 5** Os desafios do sindicalismo classista  
(*Wagner Gomes*)
- 8** Ano novo, velhos problemas  
(*Jorge Luis Martins*)
- 10** Por uma nova estratégia para a CUT  
(*José Maria de Almeida*)
- 13** O cenário mundial de resistência ao neoliberalismo  
(*Sérgio Barroso*)
- 20** As falsidades sobre o contrato temporário  
(*Aldo Arantes*)
- 27** Dimensões da crise do mundo do trabalho  
(*Ricardo Antunes*)
- 33** Objetivos da Qualidade Total nas empresas  
(*Emílio Gennari*)
- 40** Divergências do MST com a ação agrária do governo  
(*João Pedro Stédile*)
- 46** A presença das centrais sindicais na agroindústria  
(*Antonio Thomaz Júnior*)
- 52** Os sindicatos e a identidade cultural nas bases  
(*Emílio Gennari*)
- 57** Homenagem aos 30 anos da morte de Che Guevara  
(*Paula Beiguelman*)
- 59** Concurso Che Guevara de prosa, poesia e cartaz

## EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

**Sede:** Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010.  
Fone/fax: (011) 289-1496

### Conselho de Redação

Altamiro Borges  
Augusto Buonicore  
Gulomar Prates  
João Batista Lemos  
José Carlos Ruy  
Umberto Martins

### Conselho Editorial

Armando Boito  
César Benjamim  
Clóvis Moura  
Décio Saes  
Edgard Carone  
Emir Sader  
Francisco J.S. Teixeira  
João Pedro Stédile  
Luís Fernandes  
Luís Antonio Paulino  
Lucília Machado  
Marcos Gomes  
Nilton Vasconcelos  
Paulo Schilling  
Ricardo Antunes  
Abigail Pereira  
Augusto Petta  
Edson Pimenta  
Gilda Almeida de Souza  
Gilson Luís Reis  
Gregório Poço  
José Alvaro Gomes  
José Carlos Schultz  
Luiz Raimundo Gavazza  
Mônica Custódio  
Nivaldo Santana  
Raquel Guisoni  
Sérgio Barroso  
Vianeí Martins  
Wagner Gomes

### Revisão

Josenildo Marques

### Capa

Big Nel (fone: 285-2646)

### Editoração eletrônica

Sandra Luiz Alves (fone: 289-9574)

### Impressão e acabamento

Gráfica Brasileira

### Observação

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

# Companheiro(a) sindicalista

**S**egundo as últimas previsões palacianas, até meados de fevereiro deverá ser decidida a contenda sobre o projeto de reeleição de FHC. Os credores externos, as poderosas entidades patronais (entre elas, Fiesp e Febraban) e toda a mídia “chapa branca” (no corrosivo adjetivo de Jânio de Freitas) apostam suas fichas em mais este golpe casuísta. Já o governo esbraveja com ameaças aos dissidentes e, ao mesmo tempo, pratica o mais descarado fisiologismo para amear votos.

A pressa e o empenho das elites na aprovação do projeto denunciam seu objetivo. Para elas, a reeleição de FHC representa um maior fôlego para a implantação do neoliberalismo no Brasil. Não há, inclusive, originalidade na proposição. O mesmo já foi feito na Argentina, com Menem, e no Peru, com Fujimori - com excelentes resultados para o grande capital, em especial para a oligarquia financeira. Tal projeto facilita os intentos destrutivos e regressivos da onda neoliberal.

Caso seja aprovado, FHC estará melhor situado para preservar o atual leque de alianças no poder e para se perpetuar no governo por mais seis anos. Terá mais folga para aprovar medidas antinacionais - como a da privatização da Companhia Vale do Rio Doce -, antidemocráticas - como a da reforma eleitoral e partidária - e anti-sociais. Neste capítulo, ganham novo impulso projetos como o da reforma administrativa, que visa demitir milhares de servidores públicos, do contrato temporário, que legaliza o trabalho precário no país, entre muitos outros.

Nos bastidores do Planalto já é certo que, após a votação, o governo tomará medidas econômicas de impacto. Num jogo tipicamente eleitoreiro, FHC só aguarda o resultado para anunciar maiores restrições à economia - com redução do crédito, aumento dos juros, arrocho salarial, desemprego, redução dos gastos públicos nas áreas sociais etc. Tudo para favorecer a rapinagem da oligarquia financeira internacional. Sai de foco o discurso otimista do “crescimento econômico”; entra o dos “inevitáveis ajustes impostos pela globalização”.

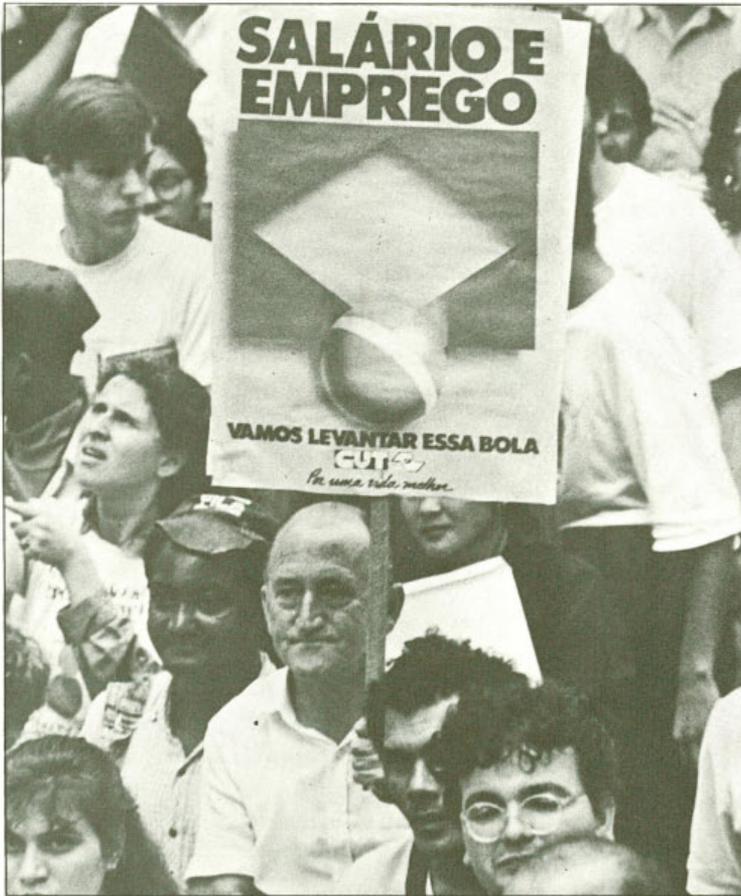
O sindicalismo mais politizado já conhece estas manobras. Por isso mesmo, não pode ficar inerte, cair na apatia ou cuidar apenas de sua paróquia. Necessita entrar com tudo, antes que seja tarde, nesta batalha. Quanto mais protelar essa votação, melhores condições terá de lutar pelos interesses dos trabalhadores, mais irritado deixará o ex-intelectual da Sorbone. A batalha contra a reeleição é a síntese do atual estágio de luta contra o neoliberalismo no Brasil.

# DEBATE

Há consenso entre as várias correntes sindicais de que o ano de 1996 foi marcado pelo avanço da ofensiva neoliberal contra os trabalhadores. Recorde nos índices de desemprego, violento arrocho salarial, precarização das condições de trabalho, retrocesso na legislação trabalhista, entre outros golpes, confirmam esta avaliação. Diante deste balanço, quais as perspectivas para o ano que se inicia? Quais os desafios e as prioridades do sindicalismo em 97?

Para refletir sobre estas e outras questões candentes, a revista *Debate Sindical* solicitou artigos às lideranças das quatro principais correntes internas da CUT - a maior central sindical brasileira. Infelizmente, os companheiros da *Articulação*, tendência cutista majoritária, não enviaram a sua contribuição - apesar da insistência deste Conselho de Redação, comprometido com o projeto editorial de uma publicação ampla, democrática e plural, a serviço do fortalecimento do sindicalismo classista em nosso país.

Esta lacuna, entretanto, não ofusca a importância das opiniões emitidas a seguir. Na diversidade, elas formam um rico mosaico que ajuda a definir os principais desafios do próximo período da luta de classes. Além de abordarem os efeitos da ofensiva neoliberal, os artigos tratam dos graves problemas que afetam o movimento sindical, propõem formas de superá-los e apontam a agenda de prioridades de 97. A polêmica está presente nos três textos.



Jailton Garcia

## Os desafios políticos e sindicais dos classistas

Wagner Gomes \*

Em primeiro lugar, um rápido balanço de um ano que não deixará saudades. 1996 foi marcado pelo aguçamento da ofensiva neoliberal contra os trabalhadores. A principal consequência negativa foi o aumento sem precedentes do desemprego. Já no que se refere ao pobre salário, pesquisa do Dieese indica que a grande maioria das categorias sequer conseguiu repor as perdas do período. Para piorar, o governo reduziu drasticamente os investimentos nas áreas sociais e promoveu retrocessos em vários direitos trabalhistas. A proposta de contrato temporário, o incentivo ao programa de demissões voluntárias e a negação da Convenção 158 da OIT são os exemplos mais gritantes da política regressiva e destrutiva do governo.

Além disso, FHC tirou a máscara de democrata e mostrou sua face autoritária - o que comprova que neoliberalismo não combina mesmo com democracia. Ele governou através de medidas provisórias, humilhou o parlamento e interferiu diretamente na Justiça Trabalhista - que durante o ano rejeitou as conquistas salariais de todas as categorias, preservando o arrocho como um dos pilares essenciais da estabilização conservadora da economia. Também não vacilou em ameaçar e atacar o sindicalismo, com a penalização das greves e os projetos de pulverização dos sindicatos e de asfixia financeira dos mesmos. Por último, faz de tudo para se manter no poder, com o golpe casuísta da reeleição.

Diante deste cenário adverso, o sindicalismo manteve-se na defensiva, acuado. O número de greves permaneceu nos mesmos patamares dos anos anteriores, mas poucas foram as categorias que obtiveram alguma conquista. No geral, as lutas se deram de maneira atomizada, num corre-corre desesperado para evitar maiores prejuízos. A greve geral de junho, com a adesão de 12 milhões de trabalhadores, foi uma das poucas exceções no enfrentamento mais global ao neoliberalismo. Outra foi a ação permanente e contundente do MST na luta pela reforma agrária.

A realidade de defensiva do sindicalismo, agravada pela grave crise financeira decorrente da queda de receita (desemprego), exacerbou práticas economicistas e corporativistas - intrínsecas à própria ação sindical. Muitos sindicatos trataram de cuidar apenas da "sua" categoria - o que diminui o poder de fogo do sindicalismo e ofusca seu caráter de classe. A politização e a ação política de classe foram subestimadas. Pior ainda: essa aparente ausência de perspectivas estimulou visões aparelhistas e burocráticas. O ano sindical foi manchado com denúncias de corrupção e de uso de métodos gangsteristas.

As centrais sindicais não ficaram imunes a este quadro. No caso da CUT, sua trajetória no período foi oscilante, errática. Começou o ano com a desastrosa participa-

ção no "acordo da previdência", que serviu ao jogo diversionista de FHC e dividiu as forças de oposição - a própria bancada petista votou contra o acordo. Em compensação, posteriormente revitalizou seu discurso oposicionista e tomou a iniciativa positiva de convocar a greve geral de junho. Esses dois extremos confirmam que a nossa central passa por uma "crise de identidade".

Já a Força Sindical, conhecida por sua postura governista e de apologista do neoliberalismo, promoveu algumas flexões táticas. Diante do descontentamento na base, alguns de seus dirigentes adotaram um discurso mais oposicionista e até participaram da greve de junho e de outros protestos. A exemplo de outras centrais direitistas, como a CGT argentina e a AFL-CIO americana, manobra para sobreviver diante da avalanche neoliberal. Por último, setores independentes, sem vínculos com as centrais existentes, dinamizaram suas atividades para se contrapor ao desmonte dos sindicatos - num fenômeno bastante positivo.

### **Ação política de massas é decisiva no enfrentamento à avalanche neoliberal**

Esse balanço inicial serve como referência ao debate sobre os desafios para o ano que se inicia. De imediato, destaca-se que 97 terá uma agenda política bastante quente, carregada. Partindo do pressuposto classista de que não será com lutas isoladas, por questões imediatas, que os trabalhadores derrotarão a ofensiva neoliberal, fica evidente que para nós o decisivo é a ação política do sindicalismo. Em cada batalha, como na votação da reeleição de FHC ou da privatização da Vale do Rio Doce, estará sendo definida a correlação de forças no país - se favorável ao neoliberalismo ou às forças populares e democráticas.

Para a Corrente Sindical Classista (CSC), essa questão é fundamental. É preciso estimular a luta de massas, direta, contra os projetos das elites. É urgente unir amplas

forças, no sindicalismo e no conjunto da sociedade, para barrar os ataques neoliberais. É necessário superar todo o tipo de sectarismo, de disputa aparelhista fraticida e de visão internista, no esforço de mobilização contra os verdadeiros inimigos do povo. Neste momento, a batalha contra o projeto casuísta da reeleição é a síntese principal do enfrentamento ao neoliberalismo. Na ação política de massas é que o sindicalismo brasileiro terá melhores condições de superar suas próprias debilidades e dificuldades.

Por outro lado, faz-se necessário uma profunda discussão sobre os rumos do movimento sindical no atual estágio da luta de classes. O economicismo, o corporativismo e, como distorções mais grave, o burocratismo e o reformismo precisam ser enfrentados no cotidiano da ação sindical. Estes “ismos” negativos dificultam o avanço da luta dos trabalhadores. Mais do que nunca está colocada a preeminência de politizar a atuação sindical; de intensificar a luta direta; de enraizar o trabalho na base; de estimular a cultura intersindical, de classe, que inclusive inclua os excluídos pelo sistema; de democratizar as instâncias sindicais; de enfrentar ideologicamente, e até com medidas práticas, o burocratismo e outras chagas que contaminam a vida sindical.

No enfrentamento destes graves problemas, ganha relevo o processo de realização do Congresso Nacional da CUT (Concut), marcado para agosto próximo. Esse evento será decisivo para o futuro da nossa central. Além de eleger sua nova direção, ele traçará sua estratégia - encarando a questão da “crise de identidade” da CUT. Medidas organizativas de impacto, como a expressa na idéia centralizadora do “modelo orgânico”, estarão em debate. Com fisionomia própria e espírito unitário, a CSC jogará todo o peso neste Concut. Juntamente com outras forças, lutará contra a social-democratização da central e por mais democracia interna.

Nos últimos anos, a CSC tem crescido no sindicalismo. Hoje já é a segunda força da CUT. Com o tempo, ganha maior visibilidade e organicidade. Esse avanço está colocado a serviço do fortalecimento do movimento sindical, do reforço à maior central do país. Apesar da onda dos que falam no “fim da história” e na inevitabilidade da globalização neoliberal, a CSC mantém-se firme no seu projeto classista. Tem como perspectiva maior a superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, democrática e igualitária - o socialismo.

\* Secretário de comunicação da CUT/Nacional e coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

# Ano novo, velhos problemas na luta dos trabalhadores

Jorge Luis Martins \*

**Estamos iniciando 97 com um claro diagnóstico do que representou a derrota eleitoral de 94 e a transição conservadora Itamar-FHC após o impeachment de Collor. A agenda do neoliberalismo é clara e a aplicação de seu conteúdo é quase que imperial. Não está para brincadeira, começou pela previdência social, avançou na administrativa e terminou o ano na trabalhista, com a aprovação do contrato temporário de trabalho e a tentativa de golpe da reeleição de FHC.**

Acabamos o ano de 95 prometendo e sinalizando que abalaríamos o governo em 96. Terminamos o ano na greve de fome solitária pseudo-religiosa do Vicentinho e na demarcação do acampamento dos desempregados em Brasília. Esse quadro revela uma faceta de dificuldades em que o movimento social no Brasil se encontra e precisa urgentemente superar. Para poder voltar a se inserir na disputa real será necessário que busquemos uma avaliação necessária sobre os erros táticos que cometemos no período anterior.

\* O objetivo dessa síntese de balanço é a da localização de estratégias que necessitam ser imediatamente reavaliadas, se não quisermos continuar no isolamento e sem iniciativas políticas no ano de 97.

\* Em primeiro lugar, localizar que quando em maio de 95 a CUT lançou como palavra de ordem "por reformas populares"

vendeu-se a ilusão que seria capaz de haver alguma possibilidade de algum espaço de negociação com FHC.

\* Esse equívoco nos levou a outra disputa. Se há espaço de negociação, quem será o interlocutor frente ao governo? Por que não a CUT?

\* Para ser interlocutor é necessário ter propostas, certo? Certo! O problema é que a pauta do governo era de reformas neoliberais, base de sustentação e compromisso de FHC para unificar as elites (PFL, PPB, entre outros) em torno de seu nome.

\* Nossa primeira investida propositiva (reformas populares) deu-se na previdência. Um desastre, tanto do ponto de vista do mérito e de conteúdo, na qual abriu-se mão da aposentadoria por tempo de serviço, substituindo-a pelo tempo de contribuição. Além dessa irreparável derrota para a classe, essa

questão dividiu o campo democrático e popular duramente construído nos últimos anos, colocando a CUT num grande isolamento.

\* A partir daí o governo continuou a fazer acenos, tipo constituição do Conselho Nacional do Trabalho (que nem consultado foi sobre nenhuma medida do governo), de que era necessário conversar, enquanto enchia o congresso de medidas provisórias, quase todas de ataques a direitos duramente conquistados.

\* Nestes tempos difíceis, realizou-se a greve geral de junho passado, na qual um enorme esforço foi realizado para a unificação das centrais sindicais. A CUT inclusive abriu mão da bandeira contra as reformas para manter a Força Sindical na greve. Apesar destes problemas, a greve foi vitoriosa e combativa. Mostrou uma grande possibilidade de resistência dos trabalhadores, embora ainda insuficiente para alterar as políticas ora em curso.

\* A vacilação tem seu preço, e alto. O primeiro sintoma foi nas eleições de 96, na qual perdemos o debate ideológico nos principais locais onde se insistiu na tentativa de nos mostrar confiáveis. Vide São Paulo, onde quem o tempo todo fez o discurso de oposição foi Maluf, enquanto FHC era exibido no programa da Frente Democrática e Popular. Esse posicionamento dúbio precisa ser combatido.

\* O segundo sintoma da quase total apatia que abateu o movimento sindical nos últimos dias do ano de 96 foi a aprovação na Câmara Federal do projeto de contrato temporário, sem nenhum esboço de reação.

### **Lutas recentes indicam que há espaço para avanços no combate ao neoliberalismo**

As greves gerais da França e Argentina trouxeram energias positivas ao movimento de resistência em nível internacional. No

Brasil, a luta do Movimento dos Sem Terra (MST), dos funcionários públicos, metalúrgicos e bancários e a retomada da luta em centenas de outras categorias mostram que há condições efetivas de “armar a resistência às políticas neoliberais”.

As eleições, principalmente no primeiro turno, mostraram que existe um grande espaço para a oposição. A expressiva votação dos partidos de oposição, principalmente onde os programas foram de explícito combate a FHC e ao seu projeto anti-popular, confirmam essa opinião.

Embora de forma “provisória”, a saída da CUT do Conselho Nacional do Trabalho e as resoluções da direção nacional da central de dezembro de 96 ajudam a criar as bases para retomar em outros patamares a resistência, seja contra a privatização da Vale do Rio Doce, seja para derrotar o projeto de trabalho temporário, e para restabelecer e recolocar o debate mais próximo da vida real.

\* O movimento Reage Brasil, contra as reformas neoliberais de FHC, acompanhado das lutas com eixos como salários, emprego, terra e contra a reeleição, são capazes de compor um programa para mobilizar e levar às ruas a resistência ao neoliberalismo que nos faltou em 96.

\* Não creio que alguém ainda acredite que apenas com boas palavras-de-ordem conseguiremos mobilizar os trabalhadores. Se a nossa vanguarda sindical e partidária não der uma voz de comando “vamos resistir”, com certeza o projeto continuará a ser implementado e continuaremos a cada derrota nos voltando às costumeiras lutas internistas que nesse próximo período só interessam à direita.

\* A luta e o enfrentamento, combinados com a ação direta, devem ser a força motora que balizará o combate decisivo para os trabalhadores brasileiros. O VI Concut será um momento privilegiado no qual poderemos checar se somos ou não capazes de romper na prática com a paralisia que nos asfixia.

\* Secretário de políticas sindicais da CUT/Nacional e integrante da coordenação nacional da Alternativa Sindical Socialista (ASS)

# Ofensiva neoliberal exige nova estratégia da CUT

José Maria de Almeida \*

O governo FHC, seguindo à risca os ditames dos grandes grupos econômicos internacionais, continua empenhado na aplicação do receituário neoliberal em nosso país. Ao mesmo tempo em que procura contornar as dificuldades para votar as reformas da Constituição, promove mudanças fundamentais e elimina direitos dos trabalhadores através de outros mecanismos (medidas provisórias, portarias e legislação ordinária - como a do contrato temporário, que acaba de ser aprovada na Câmara). Segue tomando as medidas para a privatização das telecomunicações, do sistema Petrobrás, do serviço público e da Vale do Rio Doce.

Ao mesmo tempo, não mede esforços (leia-se dinheiro público) para garantir a aprovação da emenda da reeleição, visando garantir um segundo mandato ao governo que aí está. É a confissão evidente não só do caráter autoritário do governo FHC (que se julga dono da verdade e imprescindível para resolver os problemas do país), mas também da intenção de seguir avançando na mesma direção, aplicando a mesma política que tantos males já causou ao nosso povo.

Parte inseparável do projeto governista é o ataque às organizações dos trabalhadores, visando minar sua resistência contra essa política nefasta. As medidas tomadas pelo governo e pelo judiciário contra os sindicatos e a agressão permanente ao MST são exemplos dessa situação.

A intensificação dos esforços do governo coincide, por outro lado, com o crescimento que se nota mundialmente da resistência dos trabalhadores às políticas de caráter neoliberal. A greve da França no final de 95 foi só o início. Ocorreram já outras lutas importantes naquele país, culminando com a greve dos caminhoneiros que quase paralisa totalmente o país, com grande repercussão na Europa. Na Itália foram também realizadas grandes manifestações contra o governo. Na Alemanha, os metalúrgicos têm sido linha de frente contra as políticas de Helmut Kohl. Na Espanha já foram realizadas duas grandes manifestações de servidores públicos contra o novo governo conservador.

Na América Latina a situação não é diferente. As greves gerais da Argentina, ape-

sar da conhecida limitação política da CGT daquele país, foi das mais importantes expressões, no nosso continente, do questionamento aos planos neoliberais. Houve lutas importantes também no Paraguai, Bolívia - com várias greves gerais - e mesmo no Brasil. Em nosso país, apesar de ainda vivermos um quadro defensivo e de refluxo do movimento de massas, já começamos a ver os primeiros sinais de reanimamento, com a greve dos bancários, a luta dos servidores públicos, a mobilização dos eletricitários federais, do pessoal da área de correios e telecomunicações, com as importantes greves do setor metalúrgico, sem falar na luta continuada do Movimento dos Sem Terra.

**Para reverter o quadro de defensiva é preciso mudar a estratégia adotada pela CUT**

O primeiro e mais importante desafio do movimento sindical brasileiro, mais precisamente de sua parcela mais combativa (reunida na CUT), segue sendo o de fortalecer o combate e a resistência ao projeto neoliberal, acumulando forças e construindo as condições para derrotá-lo em seus pilares fundamentais - econômicos, políticos e sociais. E para isso é preciso promover mudanças importantes na estratégia adotada pela nossa central no último período. Apesar do desastre que foi a intervenção da CUT no episódio da reforma da previdência, os companheiros que compõem o setor majoritário da direção da central não admitem nenhuma mudança de fundo na estratégia adotada até agora.

A greve geral de 21 de junho, um movimento muito importante, que apontava outro rumo para o enfrentamento às políticas neoliberais, acabou diluído e sem solução de continuidade, pois continua a prevalecer a mesma estratégia anterior, do propositivismo e da prioridade à negociação e não à luta. Isso tem levado a central a uma paralisia (pois nem negociação o governo tem se disposto a fazer) cada vez mais preocupante, ao ponto de não haver uma viva alma em Brasília para

protestar contra a aprovação de lei do contrato temporário.

A 8ª Plenária Nacional da CUT, instância mais importante da central, que se reuniu em agosto de 96, reafirmou a estratégia defendida pelo setor majoritário da direção. E, pior, reafirmou também a resolução sobre sindicato orgânico, numa intenção manifesta de levar adiante a idéia de construir uma estrutura de organização centralizada pela cúpula, própria à negociação e que pode levar a uma divisão maior ainda dos sindicatos.

Reverter esse quadro deve ser o objetivo central dos setores mais à esquerda da nossa central, buscando apoiar e desenvolver as iniciativas e lutas que estão em curso - o acompanhamento e unificação das campanhas salariais e a preparação de uma grande campanha unificada de todas as categorias para maio do ano que vem; a mobilização em construção dos servidores públicos das três esferas de governo; tornar realidade a campanha contra o desemprego; luta dos Sem Terra etc. Tudo com o objetivo da retomada de grandes movimentos nacionais contra FHC, que possam desembocar em novas greves nacionais como a de junho passado.

Isso significa formular e levar propostas que apontem nesse sentido para as instâncias da CUT, lutando pela sua aprovação. Mas não é só isso. É preciso que os setores mais à esquerda da central tenham mais iniciativas, sempre que possível conjuntas, para intervir nos processos que estão acontecendo na conjuntura. Não basta insistir com a *Articulação* de que é preciso mudar os rumos da central. Temos também que, nos limites das nossas forças, praticar a política que defendemos para a CUT. Isto inclui construir de fato, e nosso dia-a-dia, as transformações necessárias para que nossos sindicatos sejam instrumentos cada vez mais adequados aos desafios políticos que estão postos. Esse é o outro lado, inseparável, da luta contra o sindicato orgânico.

Unificar sindicatos avançando na construção do sindicato de ramo, democratizar os mecanismos decisórios da entidade, implantar a proporcionalidade na composição da

Sergio Mekler



direção etc., são alguns passos essenciais nesse sentido. A organização de base é a outra face, e inseparável portanto, dessa mesma moeda, uma verdadeira revolução que precisa ser feita nos sindicatos. O esforço por fazer essas mudanças na nossa estrutura de organização, se por um lado é para fazer dos sindicatos um instrumento mais adequado às nossas lutas, por outro lado é também uma forma eficiente de enfrentar a crise de financiamento da ação sindical que está sendo vivida por quase todas as entidades.

Todo o nosso esforço preparatório para o 6º Concut deve ser encarado sob esse pris-

ma. Ganha peso, portanto, a idéia da construção de um campo à esquerda, amplo o bastante para contemplar toda a esquerda cutista, mas definido o suficiente para materializar uma somatória de forças para construir uma alternativa à situação atual, ao contrário da fragmentação em que nos encontramos hoje. Esse campo pode e deve se materializar tanto numa possível chapa de oposição no Concut, como numa ação conjunta no movimento de massas no cotidiano da luta da nossa classe, sem abdicar da ação em comum também nos debates no interior das instâncias da nossa central.

\* Secretário de organização da CUT/Nacional e membro da coordenação nacional do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)



Olivier Jobard

## O cenário de resistência mundial ao neoliberalismo

Sérgio Barroso \*

Sob o neoliberalismo - ideologia do capital financeiro de nossa época - os trabalhadores e os povos sofrem o mais brutal ataque que se tem registro desde a 2ª Guerra Mundial. As raízes de tal ofensiva, comandada pela oligarquia financeira mundial, têm origem na queda acentuada nas taxas de crescimento econômico do mundo burguês. Com efeito, nos países ricos da OCDE, as taxas de crescimento caíram de 5%, em 1950, para 3,5%, entre 71/78. Desde 1989, a taxa média de crescimento anual caiu para 2,1% nos países do G-7.

Não foi aleatória, portanto, a decisão do império norte-americano de liquidar, em 1973, a conversão do padrão ouro-dólar que sustentava o sistema monetário internacional (acordo de Bretton-Woods). Ocorrem então mudanças significativas nos fluxos do comércio e reorientação internacional da atividade produtiva. A desregulamentação dos sistemas bancários e do mercado de capitais combina-se a novas operações das empresas multinacionais, sustentadas pelos avanços tecnológicos, cada vez mais violadoras dos mercados.

Assim, a especulação cambial e monetária virava diariamente cerca de 100 milhões de dólares nos anos 70, que saltam para 1 trilhão de dólares/dia nos anos 90, valor esse superior à soma total das reservas de todos os bancos centrais do mundo. Por outro lado, o comércio entre as empresas multinacionais pulou de 20% em 80 para 33% do capital produtivo mundial em 94, segundo a ONU.

Para se ter idéia do poder extraordinário que a “globalização” emprestou às multinacionais, em 1992 as vendas da General Motors (132,4 bilhões de dólares) foram maiores que o PIB da Indonésia ou da Dinamarca; as da Esso (115,7 bilhões), superiores ao PIB da Noruega ou da África do Sul; as da Nestlé (38,4 bilhões) e da Sony (34,4 bilhões) ultrapassaram os PIBs do Egito ou da Nigéria. GM, Esso, Ford, Shell e IBM totalizaram em vendas 526,1 bilhões de dólares, bem mais que os PIBs do Oriente Médio e de toda a África do Norte juntos.

O fenômeno da mundialização da economia, como se sabe, sofreu impulso decisivo com o fim da bipolaridade mundial (desintegração da URSS e colapso do Leste Europeu). A derrota do primeiro ciclo de revoluções socialistas fez consolidar o que o francês Chesnais denominou, acertadamente, de verdadeiro “oligopólio mundial”: um pequeno grupo de governos e corporações multinacionais e transnacionais, nucleados pela “tríade” EUA-Japão-Alemanha e seus megamercados.

O “oligopólio mundial”, por sua vez, passou a concentrar em seus países 90% das

grandes empresas multinacionais. Apenas 5% do estoque de investimentos têm sua origem em empresas dos “países em desenvolvimento”. Espantosamente, 80% destes investimentos se concentram nos mesmos países da “tríade”. Dos 20% restantes, a maior parte destina-se exatamente aos países diretamente conectados aos três megablocos. Aos chamados “mercados emergentes” (Brasil, Argentina, México, entre outros) são reservados os investimentos predominantemente financeiros, especulativos.

Na medida em que avança o processo da “globalização” neoliberal, suas condicionantes políticas, econômicas e sociais exacerbam extraordinariamente as contradições do capitalismo em decadência histórica. A ultracentração do capital e a feroz disputa tecnológica por comércio e mercados provocam desigualdades imensas entre países, regiões e classes sociais. Amplia-se visivelmente o fosso que separa os países do centro do império da periferia capitalista dependente. Por outro lado, o alto grau de parasitismo do capital impõe a toda hora os riscos da “instabilidade sistêmica” e acumula fatores para a definição da hegemonia mundial - transição da unipolaridade.

Parasitismo e instabilidade sistêmica não são figuras de retórica. O colapso mexicano de dezembro de 1994 é bem a contraparte da globalização neoliberal. Tido como exemplo pela agiotagem oficial da Casa Branca, como modelo a ser seguido segundo o presidente FHC, o México foi simplesmente posto em liquidação quando de sua forçada (alta de juros dos EUA) desvalorização cambial. Bilhões de dólares desapareceram em minutos. Implacável, o capital especulativo em fuga provocou a maior depressão da sua história. Demissões massivas ocorreram!

**O principal “produto” da devastação neoliberal é o aumento do desemprego**

A busca desesperada de um novo estágio de acumulação capitalista (contraposição à

tendência da queda das taxas de lucro) implica necessariamente numa pilhagem e devastação dos Estados nacionais e de suas economias. Gera desmonte do Estado de Bem-Estar Social, reduções drásticas dos investimentos estatais e públicos e privatizações em larga escala para obtenção de novas fontes de mais-valia. O neoliberalismo combina desregulamentação geral das economias com flexibilização dos direitos trabalhistas, bem como um ataque demolidor à resistência sindical.

Mas é o desemprego em massa, crescente e estrutural, o principal "produto" da globalização neoliberal. Segundo relatório de 1995 do Banco Mundial, nos países da OCDE havia 8 milhões de desempregados em 70; em 94 o número era de 35 milhões, 8% da mão-de-obra, na maioria de trabalhadores não especializados. Nos EUA, atualmente com cerca de 7 milhões de desempregados, entre 78 e 90 eliminaram-se 1,4 milhão de empregos exclusivamente no setor industrial. Enquanto isso, de 73 a 93 o salário real do trabalhador sem curso secundário completo caiu de 11.85 dólares/hora para 8.64. E, em 96, nada menos que 2% de todos os homens em idade de trabalhar abarrotavam as prisões dos EUA.

Na França, o desemprego médio entre 1969 e 73 era de 2,6%; hoje alcança 11%. Na Alemanha, em 1969-73 era menos de 1%; atualmente alcança 10%, com 4 milhões de desempregados - a maior taxa de desemprego desde os anos 30. Na Bélgica, o desemprego quadruplicou, sendo hoje de 10,6% da população economicamente ativa. Cerca de 24% dos trabalhadores espanhóis estão desempregados.

O desmantelamento de parques industriais consolidados (ou incipientes) vem no rastro do furacão neoliberal em todos os cantos do planeta. No Leste Europeu, Hungria, Polônia e Bulgária sofreram níveis de desemprego dramáticos: de 88 a 93, a Hungria passou de 0,3% (dados oficiais) para 12,6%; a Polônia elevou o desemprego de 0,1% para 15,7%, sendo que mais de 33% dos trabalhadores empregavam-se em tempo integral ou

parcial já no setor informal; o salário real dos poloneses caiu 32% (94); a Bulgária ultrapassou 15% a taxa de desemprego.

Em outras áreas do planeta (África e América Latina), as mesmas chagas. Na Zâmbia o "emprego" no mercado informal cresceu de 3% em 88 para 21% em 92. No Equador passou de 19% em 78 para 52% em 92. Segundo o Banco Mundial, na "transição" (ajuste neoliberal) das economias do Leste Europeu, e de muitos dos países da América Latina e Oriente Médio, o "emprego formal" sofreu queda de até 15% e o salário real caiu mais de 40% nos "casos extremos". Atualmente, segundo a OIT, o desemprego e o subemprego atingem 1 bilhão de pessoas no mundo, aproximadamente 30% da população economicamente ativa.

Mesmo nos países capitalistas centrais, os velhos mecanismos de destinação de verbas orçamentárias para o ensino profissionalizante e treinamento vão se deteriorando. Em várias regiões dos EUA, 1 em cada 5 trabalhadores com novo emprego passou a ganhar um salário 40% ou mais abaixo do seu anterior. De outra parte, somente em 94 mais de 3 milhões de imigrantes "ilegais" estabeleceram-se nos EUA. Nas contas oficiais, o país precisaria hoje de cerca de 45 bilhões de dólares/ano para o ensino profissionalizante e treinamento - destina apenas 10 bilhões. A verba de treinamento também vem caindo na Alemanha, Canadá e Suécia.

Guerras imperialistas e fome devassam o planeta. Segundo a FAO, existem 840 milhões de famintos crônicos no mundo. O trabalho infantil massacra 250 milhões de crianças entre 5 e 14 anos, metade trabalhando em período integral. Trabalho escravo e prostituição infantil retratam o inferno capitalista de uma era em que o progresso técnico-científico atingiu um desenvolvimento colossal.

Desenvolvimento este que tem expressão, por exemplo, no fantástico avanço das telecomunicações, um poderoso instrumento de controle estratégico de mercados. Por isso mesmo, uma onda histórica de ganância capitalista varre a Europa, onde grandes bur-

gueses disputam vorazmente fusões e privatizações. Recentemente, em apenas 20 minutos, 20 milhões de ações da poderosa Deutche Telekom (estatal alemã) trocaram de mãos. “Um fenômeno no mercado germânico”, disse um corretor. No Leste Europeu, com as privatizações, “assiste-se à maior liquidação deste século” (*O Estado de S.Paulo*, 19/11/96).

Mas privatizações, desemprego crescente e fome endêmica são peças necessárias à engrenagem da “globalização” neoliberal, para a ultraconcentração do capital e a concorrência oligopólica. Em 96, segundo a ONU, apenas 358 magnatas detinham uma fortuna igual aos rendimentos anuais de 45% da população mundial, cerca de 2,3 bilhões de pessoas. É algo nunca visto na história da humanidade.

**Apesar do quadro ser ainda de defensiva, aumentam os sintomas de resistência**

Em meio a uma ofensiva multilateral, o movimento sindical (e operário) vai ampliando sua encarniçada luta de resistência. Há mais de uma década o mundo capitalista combina taxas de crescimento econômico ínfimas com estagnação em períodos prolongados. A reestruturação industrial-financeira e o desemprego estrutural resultante fizeram desabar as taxas de sindicalização, em especial nos países europeus. E, mesmo sofrendo o impacto da crise do socialismo ou ainda levando-se em conta a orientação social-democrata predominante, o sindicalismo europeu entra em uma nova fase de reação a partir dos anos 90.

Greves setoriais e gerais ocorreram na Itália, Espanha, Portugal, Bélgica, França, principalmente, e de maneira expressiva. Tendo quase sempre no centro das reivindicações a defesa das conquistas do “Estado de bem-estar social”, as mobilizações dos trabalhadores opõem-se aos cortes nos direitos previdenciários e na seguridade social. Têm a ver com as enormes restrições orçamentá-

rias impostas pelo Tratado de Maastrich no processo da unificação européia.

Mas foi a greve dos trabalhadores franceses, de dezembro de 1995, que teve maior significado. Primeiro, porque provocou um início de pânico nas elites financeiras de toda a Europa. Como se sabe, Alemanha e França são hoje os principais definidores da política de unificação monetária. Segundo, porque foram 23 dias de combates radicalizados iniciados pelos trabalhadores em transportes públicos, que se espalharam com força pelo país inteiro. Em terceiro, por ter derrotado o governo Balladur, mesmo temporariamente. A greve francesa reavivou no sindicalismo do mundo inteiro a idéia da resistência vitoriosa, não a da conciliação, da negociação de direitos já assegurados.

Na Alemanha, desde 1995 a central social-democrata, DGB, trava prolongada queda-de-braço com o governo Helmut Khol. O chamado “pacto pelo emprego”, em que, para um aumento real igual a zero (apenas reposição da inflação), o governo Khol se comprometera a gerar cerca de 300 mil empregos em cinco anos, não saiu do papel. Pior ainda, o “auxílio doença”, conquista considerada indispensável e obtida em 1956 após prolongada greve, começa a ser cortado, o que gerou uma manifestação combativa de 350 mil trabalhadores em junho último e uma greve “espontânea” de 100 mil metalúrgicos da Mercedes em outubro de 96. A ofensiva de Khol criou uma nova situação na tradicional (e pacifista) relação com a DGB.

Em vários países da Ásia, também a situação vem se alterando nos últimos anos. Na Coreia do Sul, a repressão sistemática e a violenta superexploração dos trabalhadores não conseguiram bloquear a reorganização do sindicalismo. Em 1986 havia 2.618 sindicatos tutelados pela central sindical atrelada ao governo sul-coreano. Em 92, registravam-se 7.676 organizações sindicais. Começaram a despontar greves radicalizadas, obrigando o governo a reconhecer a central sindical independente, KCTU. Na Indonésia e na Tailândia ondas de greves, prisões de sindicalistas, mortes em confrontos com a repressão

policial foram fatos marcantes nos últimos dois anos. Na Índia, grandes combates sindicais, com greves setoriais e gerais e manifestações de massas, avançam mais ainda.

Mais conhecido entre nós, o processo de resistência na América Latina também se espalha por vários países. Na Argentina o “descolamento” da maior central sindical, a CGT, do governo Menem, o desemprego de 18% e o incremento de 500 mil pobres em Buenos Aires propiciaram a realização de duas greves gerais, unindo CGT, MTA (dissidência da CGT), CTA e partidos políticos opositoristas.

Em perspectiva, a situação dos trabalhadores vai se agravar em todo o mundo, pois a tendência é a amplificação da ofensiva neoliberal. Em 1997 normas ainda mais rígidas se estabelecerão na União Européia. Nesse ano os prazos para 1) inflação inferior a 3%; 2) dívida pública inferior a 60% do PNB; e 3) déficit orçamentário inferior a 3% estarão esgotados. Para se compreender a dimensão do problema, nos últimos 12 meses, Grã-Bretanha, Espanha e Itália tiveram taxas de inflação de 8,4%, 4,3% e 5,6%, respectivamente. As dívidas públicas da Bélgica,

Grã-Bretanha e Itália foram, pela ordem, 133%, 111,5% e 125,8% do PNB. Neste sentido, as elites européias tendem, necessariamente, a promover mais ataques aos trabalhadores. Seguramente haverá contundentes respostas destes!

Na América Latina, os EUA exigem publicamente a vigência, desde já, dos acordos preliminares para a constituição do Alca (Área Livre de Comércio das Américas), prevista para 2005. O que significará a liquidação das barreiras tarifárias e dos impostos restantes para as importações. Se seguirão maiores déficits nas balanças comerciais, destruição de setores industriais, aumento do desemprego e flexibilização de direitos e do mercado de trabalho.

### Alguns desafios políticos para o enfrentamento da ofensiva do neoliberalismo

Diante deste quadro, algumas questões políticas relevantes estão colocadas:

1- A resistência crescente dos trabalhadores ao neoliberalismo não altera, ainda, a



essência da correlação de forças existente. O mundo vive sob a instável hegemonia da “globalização” neoliberal. A luta dos trabalhadores - em meio a grandes dificuldades - tem se restringido em toda a parte à defesa de conquistas históricas (arrancadas da burguesia), à defesa do emprego e ao combate contra a superexploração e a violação dos direitos sindicais e sociais.

No quadro atual, persiste o posicionamento de defensiva estratégica do movimento operário revolucionário. Não há, em outras palavras, a passagem à ofensiva libertadora, cujo objetivo principal é a conquista do poder político. Os recuos históricos necessários realizados por Cuba, China e Vietnã, principalmente, demonstram bem o gigantesco esforço desses países para a preservação do poder operário e popular e a manutenção da rota socialista.

Nessa situação, a tarefa do movimento sindical classista é constituir-se num núcleo duro da resistência ativa contra a ofensiva neoliberal. Fortalecer e ampliar a resistência das massas trabalhadoras apresentam-se como um desafio revolucionário, desde que referenciada na perspectiva socialista.

2- O “oligopólio mundial”, comandado pelos EUA, Alemanha e Japão, exige o controle quase absoluto dos processos políticos em evolução nos países vinculados aos seus megamercados. Não lhes interessa muito os tipos de partidos que governam esses países. Mas é condição **sine-qua-non** que os governos subalternos assegurem aos investidores da oligarquia financeira a continuidade do saque, a “governabilidade” econômica global.

Na América Latina, mas não só nela, vale o “Consenso de Washington”, idealizado por John Wilhamson. Por isso, a pressão descarada pela reeleição de Menem, de FHC e mesmo de Fujimori, como também a de Yeltsin na Rússia. Junte-se a isso as imposições dos EUA para a “reforma” do sistema eleitoral e político no Uruguai, no Brasil ou na Índia. A receita “voto distrital misto ou puro” e “cláusulas de barreira” visa impedir a oposição ao neoliberalismo, principalmen-

te dos comunistas, socialistas e mesmo de setores democráticos nacionais.

### Ataque brutal aos direitos dos trabalhadores provoca mudanças no sindicalismo

3- O ataque cerrado aos trabalhadores no plano mundial tem provocado algumas mudanças no sindicalismo colaboracionista. As demissões em massa, a super exploração do trabalho, bem como as contradições oriundas da concorrência comercial internacional, impulsionam a disposição de luta dos trabalhadores, pressionando as direções sindicais vinculadas aos patrões ou aos governos.

Assim, pode servir de exemplo a posição inédita da central norte-americana, AFCL-CIO, de apoiar a greve geral de junho passado no Brasil com manifestações na porta da embaixada brasileira em Washington. A própria participação da *Força Sindical* naquela greve é reveladora. Acuada pelo desemprego em suas bases e marginalizada quase completamente das “negociações” com o governo FHC, ela resolveu apostar neste confronto.

Além do caso da CGT argentina citado acima, chamou atenção numa plenária de sindicalistas, em junho último, o discurso de Luis Anderson, secretário-geral da ORIT, que enfatizou a necessidade de “uma greve geral continental contra os efeitos sociais das políticas neoliberais” na América Latina. Já o último congresso da Ciosl, no começo de 96, foi palco de vários “apelos” no sentido de mudanças na “ação sindical”. Em meio às queixas, o candidato a secretário-geral desta central mundial, o sindicalista burguês Bill Jordan (TUC-Inglaterra), teve mais de 50% dos votos dos delegados depositados em branco.

O fato é que a velha burocracia sindical e o sindicalismo de colaboração de classe demonstram temores com as manifestações crescentes dos trabalhadores e as radicalizações da luta de classes em perspectiva. Manobram para manter o controle de suas posições de “mando”.

4- É parte constitutiva do combate ideológico travado pelo sindicalismo classista a oposição intransigente à “globalização” neoliberal. Argumentar a sua irreversibilidade significa, na prática, adaptar-se à atual ordem imperialista, buscar saídas negociadas conciliadoras ou invisíveis. São claros os condicionamentos políticos e ideológicos sobre a base da terceira revolução técnico-científica, esta sim impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, só os cegos não enxergam a verdadeira ditadura da oligarquia financeira que sobrevive dilapidando os Estados nacionais, massacrando a classe operária e os demais trabalhadores.

**A polêmica com Lula sobre os efeitos nefastos da globalização da economia**

A propósito, recentemente o líder do Partido dos Trabalhadores e ex-dirigente sindical, Lula, utilizou de sua ampla influência política para dizer que “a globalização é irreversível”. Segundo ele, “o movimento sindical deve perceber que não basta ser contra, é preciso ser mais agressivo”. O que significa essa agressividade? Ele exemplifica que só com “pressão política feita conjuntamente no Brasil e na Alemanha haverá condições de chamar essa empresa (Volks) para a mesa” de negociação. Ora, como se mostrou acima, o sindicalismo alemão sequer tem conseguido manter o “auxílio doença”. Imaginar que basta sentar à mesa para discutir “geração de emprego”, no caso, revela desconhecimento do caráter perverso do neoliberalismo e pura ilusão de classe.

Diz ainda o líder petista que “o sindicato precisa transformar-se num sindicato cidadão, menos corporativo e mais abrangente” e que “precisa descobrir que existe a OMC (Organização Mundial do Comércio), que tem uma força descomunal na ordem econômica”. Por fim, afirma que “greve de professor não pode ser feita do jeito que está sendo feita”. E, seguindo o mesmo raciocínio, assevera que “é duro” uma greve dos transportes quando “outros trabalhadores ficam esperando condução por seis horas para ir trabalhar” (*Jornal da Tarde*, 11/10/96). Em síntese, as opiniões de Lula são, em vários aspectos, de conciliação com o neoliberalismo, não de oposição. Seu “sindicalismo cidadão” dilui inteiramente o papel de elevação da consciência política, transformadora - e não reformista - do sindicalismo combativo e classista, que principia, por exemplo, o programa da CUT-Brasil. Já as declarações sobre as greves nos serviços públicos, na atual situação de congelamento dos salários, são diversionistas e perigosas. Já ao criticar a “falta de conhecimento” sobre a OMC, Lula deveria também dizer que é o imperialismo norte-americano que lá manda, assim como manda na ONU, Banco Mundial, FMI, OTAN, entre outros. E que na OMC não há espaço sequer para as elites e governos da periferia capitalista, quanto mais para sindicalistas ...

Diante destas opiniões, que merecem a crítica do sindicalismo classista, não causa surpresa o editorial do ultraconservador **Estado**, intitulado “A volta do bom senso”. Nele são feitos elogios a Lula por estar mais “lúcido e objetivo”, pois “reconhece a natureza irreversível da globalização e por isso não investe contra moinhos de vento” (*O Estado de S.Paulo*, 12/10/96).

\* Integrante da executiva nacional da CUT e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

Vera Iursys



## As armadilhas do contrato temporário de trabalho

Aldo Arantes \*

Está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de lei do governo que cria o contrato temporário de trabalho. Ele já foi aprovado na Câmara dos Deputados, por pequena margem de votos, e agora encontra-se no Senado. Segundo o governo, seu objetivo é a geração de novos empregos. Para isto, pretende-se flexibilizar os direitos trabalhistas - eufemismo para golpear os trabalhadores. Fala-se também que sua adoção está relacionada com a redução dos custos da produção brasileira para que ela se torne mais competitiva na economia globalizada.

Os defensores da medida argumentam que a flexibilização dos direitos é uma imposição da economia altamente integrada dos dias atuais. Que a "globalização" impõe a adequação das economias nacionais a um novo padrão de desenvolvimento. Para se ter uma posição mais consistente sobre esta questão, torna-se indispensável analisar o

processo de internacionalização da economia e qual caminho deve ser adotado para a integração do Brasil nesta nova realidade.

Alguns entendem a globalização como um fenômeno objetivo, restando apenas ajustar-se a ela. No entanto, no dizer de François Chesnais, autor do livro **La Mondialisation du Capital**, "a mundialização é o resultado

conjunto de dois movimentos estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro caracteriza-se pela mais longa fase de acumulação continuada do capital desde 1914. O segundo relaciona-se com as políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e dismantelamento das conquistas sociais e democráticas, colocadas em práticas nos anos 80 por Margareth Thatcher e Ronald Reagan”.

A globalização, portanto, nesta visão, com a qual concordamos, é uma combinação do fator objetivo, a acumulação capitalista, com a concepção neoliberal que tem presidido estas transformações na maioria dos países. A integração nesta nova fase do desenvolvimento seria então uma necessidade objetiva. No entanto, o caminho para que isto se realize é uma questão de opção e não uma imposição da realidade. O neoliberalismo representa um dos caminhos e não o único.

A robótica, a microeletrônica, as telecomunicações por satélites, enfim, a nova revolução técnico-científica, representam um enorme avanço das forças produtivas. Decorre da concorrência pela apropriação da mais-valia, que força constantemente o aumento da produtividade. Este mecanismo originou, segundo o economista alemão Robert Kurz, uma “explosão enorme de produtividade, que dentro de um período historicamente minúsculo se intensificou mais do que em toda a história anterior”.

Tal avanço aprofundou a socialização da produção em escala mundial. Daí a chamada globalização das comunicações, da produção, dos mercados e, principalmente, do sistema financeiro. A integração industrial, por exemplo, permite que a Toyota tenha filiais produzindo partes diferentes de um carro em países como Tailândia, Filipinas, Malásia e Indonésia. Já a integração do sistema financeiro permite que, através de um computador ligado a satélites, sejam feitas grandes transferências de capitais de uma a outra parte do mundo.

Todavia, este processo de integração da economia mundial é acompanhado de uma

vertiginosa concentração de capitais, tecnologia e produção, com a crescente marginalização dos países menos desenvolvidos e dependentes, e mesmo de países mais avançados. Já a revolução técnico-científica propiciou enorme crescimento da produtividade. Entretanto, longe desse incremento no trabalho representar uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a concepção que tem presidido esse processo conduz à concentração da renda e à exclusão social.

Tanto é verdade que o Relatório do Programa da ONU de Desenvolvimento (PNUD), divulgado recentemente, informa que hoje as 358 famílias mais ricas do mundo detêm uma renda superior ao PIB somado de países que abrigam 45% da população mundial - cerca de 2,5 bilhões de pessoas. A ONU também afirma que aumenta a distância que separa os mais pobres dos mais ricos. Dos 23 trilhões de dólares do PIB mundial em 1993, 13 trilhões ficavam com os países desenvolvidos e apenas 5 trilhões com os mais pobres, onde vive 80% da humanidade.

**O neoliberalismo acirra a polarização social e gera maior fosso entre as nações**

O neoliberalismo é a concepção que orienta essa nova fase do desenvolvimento capitalista no mundo. Combate a intervenção do Estado nas atividades econômicas e nas relações sociais, defendendo que o mercado seja o regulador de tudo. Isto significa deixar o capitalismo com as mãos livres para explorar sem limites os trabalhadores, já que é sabido que seu objetivo fundamental é o lucro. E que a prevalência das leis do mercado representa a predominância do forte sobre o fraco, do grande sobre o pequeno, do país desenvolvido sobre o subdesenvolvido. Significa o aprofundamento do fosso entre países ricos e pobres.

Analisando as raízes da crise do pós-guerra, os defensores do neoliberalismo afirmavam que elas “estavam localizadas no

poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com as suas reivindicações parasitárias para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”. Para os neoliberais, as conquistas sociais são parasitárias. Aliás, eles defendem a desigualdade social como importante fator de estímulo ao crescimento econômico.

Os aspectos principais da plataforma neoliberal são os seguintes: predominância do mercado e retirada do Estado das atividades econômicas, com as privatizações e a desregulamentação da economia; retirada do Estado da regulação das relações sociais e trabalhistas; aumento da rentabilidade das empresas através de uma política de arrocho salarial e de redução de impostos do setor empresarial; combate aos direitos dos trabalhadores e repressão ao movimento operário.

**A partilha dos US\$ 23 trilhões do PIB mundial - 1993**

Países desenvolvidos	US\$ 13 trilhões
Países pobres/80% da humanidade	US\$ 5 trilhões

Fonte: *World Development Report 1996*

A ex-primeira ministra inglesa, Margaret Thatcher, foi expressão desta política. Na sua administração, contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos e aboliu os controles sobre o lucro financeiro. Na área social, as consequências foram desemprego massivo, aplastamento das greves, imposição de uma legislação anti-sindical e corte dos gastos sociais.

Nos anos recentes, a prioridade mais imediata dos neoliberais foi deter a elevada inflação da década de 70. Nisto obtiveram êxito. Entre 70 e 80 a taxa de inflação nos países da OCDE caiu de 8,8% para 5,2%. Nestes países a taxa de lucros subiu, entre 70/80, de 4,2% para 4,7%, com uma notável contenção dos salários e o crescimento das taxas de desemprego. Mas sob a ótica do crescimento da economia, o sucesso do neoliberalismo foi e tem sido parcial.

As medidas tomadas não propiciaram a retomada das taxas de crescimento. A recu-

peração dos lucros não levou à recuperação dos investimentos, porque a desregulamentação financeira criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que para a produtiva. Já do ponto de vista social, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, construindo sociedades marcadas por fortes desigualdades.

**Vários países adotam outros caminhos e não seguem o receituário neoliberal**

A experiência demonstra que a inserção na economia mundial pode ser feita de diferentes formas. Os chamados Tigres Asiáticos não adotaram o caminho neoliberal e muito menos a China, país que mais cresce hoje no mundo. Todos eles fizeram a reforma agrária, desenvolveram políticas de industrialização e modernizaram-se do ponto de vista tecnológico. O Japão, por exemplo, não aceitou a Lei de Patentes que os EUA quiseram lhe impor após a 2ª Guerra. Este país apropriou-se e desenvolveu os avanços tecnológicos existentes no mundo, inclusive dos EUA, e formulou um caminho próprio de desenvolvimento.

Existem setores que defendem o ajustamento automático de nossa economia aos padrões de integração nos marcos de uma política neoliberal como sendo “uma imposição da nova realidade”. No entanto, podemos nos inserir segundo os interesses do grande capital ou de acordo com os anseios do povo. No segundo caso, torna-se necessária a adoção de medidas que resguardem os interesses da nação. É completamente falsa a idéia de que a globalização suprime as barreiras nacionais e os conflitos de classes e que favorece a todos indistintamente.

Os dados demonstram que este processo, ao lado de produzir avanços técnicos, traz também o aprofundamento da exclusão social e da concentração da riqueza e do saber. Por isto, a integração para ser benéfica tem que levar em conta os interesses e as particularidades de cada país. O quadro de ofensiva

do capital contra os direitos dos trabalhadores não decorre necessariamente do processo de internacionalização da economia, mas sim da necessidade do lucro máximo.

Neste contexto joga papel o quadro de defensiva dos trabalhadores no mundo. Tal defensiva decorre do desemprego estrutural provocado pela introdução de novas tecnologias, agravado pelas políticas recessivas adotadas pelo neoliberalismo. Liga-se também à crise do socialismo e da social-democracia.

**Desemprego na Europa e na Grande São Paulo - %**

ESPAÑA	23,9
BÉLGICA	14
FRANÇA	12
ALEMANHA	10,5
GRANDE SÃO PAULO	15

O desemprego é a consequência mais dramática do processo de globalização. Mesmo nos países desenvolvidos, seus índices são alarmantes. Configura-se um quadro de pobreza dentro de riqueza. Isto significa que mesmo os países mais ricos têm seus bolsões de miséria ampliados. O desemprego na Espanha chegou a 23,9%; na Bélgica, 14%; na França, 12% e na Alemanha 10,5%. Os 15 países da União Européia têm 18 milhões de desempregados. A fase do pleno emprego, que caracterizou no passado a política na maioria dos países europeus, passou para a história.

No Brasil, a situação não é diferente. A taxa de desemprego na Grande São Paulo saltou de 13,8% da População Economicamente Ativa, em fevereiro de 96, para 15% em março do mesmo ano. Só nesta região existem 1.238 milhão de desempregados. A crise dos países socialistas também contribuiu para colocar os trabalhadores na defensiva em escala mundial. Nestas condições, os empresários se aproveitam para aumentar sua lucratividade e reduzir conquistas sociais históricas.

**A moda da flexibilização decorre da atual defensiva da luta dos trabalhadores**

Neste sentido, é inteiramente falso atribuir às razões puramente econômicas a flexibilização dos direitos trabalhistas. Tal proposta decorre de fatores políticos, de uma correlação de forças favorável aos capitalistas. Analisando esse cenário, o jurista uruguaio Américo Pla Rodrigues, citado por Everaldo Gaspar Lopes de Andrade no texto *Capitalismo contra capitalismo*, fala que a flexibilização relaciona-se à crise do capitalismo e às transformações tecnológicas. Mas também ressalta como aspectos políticos a “passagem do poder político para os partidos conservadores” e o “enfraquecimento dos sindicatos”.

A política neoliberal de retirada dos direitos é, portanto, consequência da ofensiva mundial do capitalismo. No Brasil, ela passou a ser viabilizada a partir do governo Fernando Collor. FHC, com sua aliança conservadora com o PFL, deu continuidade ao projeto de forma mais consistente. Nos padrões neoliberais, o atual governo adotou a postura de absolutizar o combate à inflação com a adoção de altas taxas de juros - que estão entre as maiores do mundo.

Com isso, estimulou a especulação em detrimento da produção. Os efeitos foram aumento da dívida pública, recessão e desemprego. Seguindo a moda neoliberal, o governo também resolveu flexibilizar os direitos trabalhistas “para gerar novos empregos”. Mas a experiência mundial indica que a tal flexibilização não cria empregos. Ela aumenta a rentabilidade dos empresários, mas não redundando em crescimento econômico. Os recursos obtidos com o aumento da produtividade são canalizados para a atividade especulativa e não para a produtiva.

**Valor do salário mínimo - US\$**

FRANÇA	990
ITÁLIA	830
ARGENTINA	250
URUGUAI	180
<b>BRASIL</b>	<b>112</b>

Por outro lado, há hoje um forte movimento pela redução do chamado “Custo Brasil”. Ocorre que os custos de trabalho no país

são dos mais baratos do mundo (vide tabela do salário mínimo). Argumenta-se que os encargos sociais são altos, mas é preciso destacar que eles incidem sobre um salário extremamente baixo. Portanto, mesmo com estes encargos, os custos do trabalho no Brasil continuam baixos. Além do mais, embute-se como encargos certos direitos que não têm nada a ver com isto, como férias, repouso semanal e licença gestante.

De fato, é preciso reduzir os custos para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. No entanto, o caminho para isso não passa pelo corte dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Na verdade, o que mais onera a produção hoje são os altos juros, que estimulam a especulação e inibem os investimentos produtivos. Os altos custos do transporte rodoviário também encarecem os produtos, mas não há qualquer política governamental de incentivo ao transporte ferroviário e hidroviário, mais barato. Outro aspecto para reduzir os custos diz respeito à grave dependência tecnológica do país.

### **O contrato temporário vai precarizar o trabalho e aumentar o lucro patronal**

Mas preso à lógica neoliberal, FHC só pensa em desonerar a produção via redução dos direitos trabalhistas. Seu projeto de contrato temporário altera a atual legislação, que proíbe a utilização de trabalhadores transitórios em atividades permanentes. Estabelece que 20% do número de vagas de cada empresa poderão ser preenchidos através deste mecanismo. Como a referência às vagas é a do mês anterior, o empresário poderá demitir exatamente o número de trabalhadores que pretende empregar através do contrato temporário. A tendência será da ampliação crescente do número de trabalhadores empregados por tempo determinado.

Na verdade, o projeto abre caminho para que os empresários mantenham um pequeno núcleo de trabalhadores permanentes e a

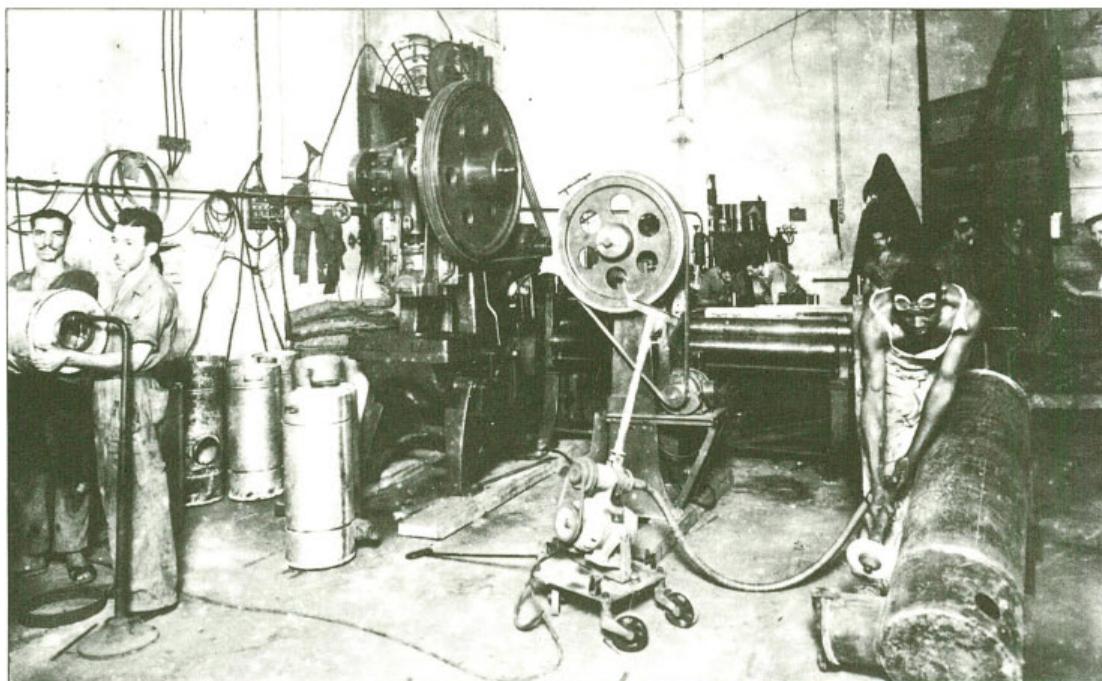
maioria de temporários. Com isto, reduz seus custos de produção e amplia seus lucros. As perdas dos trabalhadores com este tipo de contrato são as seguintes: não pagamento do aviso prévio, não pagamento da indenização por demissão imotivada, redução do depósito do FGTS de 8% para 2%, redução das contribuições para o salário educação e para o financiamento de seguro de acidentes do trabalho.

### **O que o governo quer alterar para prejudicar os trabalhadores**

- × **Acabar com o pagamento do aviso-prévio**
- × **Acabar com a indenização por demissão motivada**
- × **Reduzir o depósito do FGTS de 8% para 2%**
- × **Reduzir as contribuições para o salário educação**
- × **Ampliar a jornada de trabalho de 44h semanais para até 60h**
- × **Acabar com o pagamento das horas-extras trabalhadas**
- × **Reduzir as contribuições do seguro de acidente de trabalho**

Além disso, o contrato temporário liquida com o dispositivo constitucional que fixa a jornada de trabalho em 44 horas semanais. Permite uma jornada de até 60 horas semanais, sem o pagamento decorrente das horas-extras - que deverão ser compensadas. A atual Constituição faculta a compensação das horas-extras dentro da jornada semanal. Determina também que a remuneração destas será de, no mínimo, 50% do valor do horário normal.

Pelo projeto em discussão, os trabalhadores poderão ser submetidos à jornada semanal de até 60 horas, dez por dia, sem direito a horas-extras, desde que estas horas sejam compensadas no curso do ano. Com isto, o governo faz com que os trabalhadores recebam o salário normal pelas horas-extras trabalhadas. Na realidade, procura-se fazer a roda da história girar para trás. Pretende-se, de fato, aumentar a jornada de trabalho sem



Iconographia

pagar horas-extras, liquidando com a jornada de oito horas, antiga e importante conquista dos trabalhadores.

Com tal projeto o governo liquida com o princípio constitucional da igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o avulso. Sua essência é a redução dos direitos dos trabalhadores com o objetivo de aumentar a lucratividade dos patrões. Portanto, não visa e nem tem condições de gerar novos empregos. Esta justificativa só é apresentada para confundir os trabalhadores que se encontram desempregados e para que a sociedade imagine que estão sendo tomadas medidas efetivas de combate ao desemprego.

O contrato temporário, previsto pelo projeto de lei 1724/96, foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 04 de dezembro de 1996, depois de receber 30 emendas, inclusive as do substitutivo do relator. Da Câmara seguiu para o Senado, onde deu entrada em 05 de dezembro e poderá receber novas emendas. O Senado ainda não definiu a data para sua votação. Caso sofra alterações, voltará à Câmara dos Deputados para que as emendas recebidas sejam referendadas ou rejeitadas. Após isso, seguirá para o presidente da República que poderá assinar, ve-

tando ou não alguns artigos e transformando em lei.

### **A redução da jornada e a retomada do desenvolvimento podem gerar novos empregos**

Os defensores do neoliberalismo, que tanto falam em modernidade, não querem compreender os caminhos da evolução da humanidade. A introdução da máquina a vapor e o aumento da produtividade criaram as condições para a redução da jornada de trabalho, após muitas lutas e até mortes de operários no século passado. A terceira revolução técnico-científica cria condições para a melhoria da situação de vida dos trabalhadores. No entanto, no presente, está ocorrendo o inverso. As riquezas estão aumentando, enquanto as condições de vida pioram.

FHC insiste na necessidade de se fazer “as reformas para modernizar o país”. Concordamos com a necessidade de reformas. Mas não com as do presidente, que só agravam a dependência do país, conduzem a um processo de desmonte do Estado e da economia e liquidam com os direitos dos trabalha-

dores. Queremos reformas que reduzam os juros; que assegurem a retomada do desenvolvimento; que desenvolvam a ciência e a tecnologia; que garantam a distribuição social e regional da renda; e que efetivem a democratização da posse da terra via reforma agrária.

**Os campões em concentração de renda**

País	Índice	40% mais pobres (% sobre a renda)	10% mais ricos (% sobre a renda)
Brasil	63,4	7	51,3
Guatemala	59,6	7,9	46,6
África do Sul	58,4	9,1	47,3
Quênia	57,5	10,1	47,7
Zimbábue	56,8	10,3	46,9
Panamá	56,6	9,3	42,2
Chile	56,5	10,1	46,1
Guiné Bissau	56,2	8,6	42,4
Egito	56	9,3	43,4
Senegal	54,1	10,5	42,8

Fonte: *World Development Report - 1996*

\* Advogado, deputado federal e vice-líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

Os trabalhadores brasileiros necessitam de se unir para manifestar sua oposição decidida ao projeto do contrato temporário. Os problemas do país não serão resolvidos com a liquidação de conquistas históricas dos tra-

balhadores. A história demonstra que os governos e as classes dominantes sempre procuram a saída para as crises reduzindo os salários dos trabalhadores e restringindo seus direitos. Com a atual onda neoliberal, esta ofensiva cresceu mais ainda.

Como não podem revelar seus objetivos, governo e empresários procuram “dourar a pílula”, apresentando tais medidas como se fossem do interesse da sociedade. Os meios de comunicação alardeam que o contrato temporário gerará novos empregos. Mas os trabalhadores e os democratas, defensores do interesse nacional, não devem se iludir. Precisam unir forças para enfrentar a avalanche neoliberal e para buscar outro rumo para o país. Nas condições atuais do Brasil, a geração de empregos só virá com a redução da jornada de trabalho, a alteração da política econômica e a retomada do desenvolvimento.

Fernando Collor tentou enganar o povo por algum tempo, mas foi desmascarado. Agora, FHC segue o mesmo caminho aplicando o projeto neoliberal. Por mais que ele diga que sua política é outra, também será desmascarado. A resposta coesa e categórica da luta do povo é a alternativa que se coloca para todos aqueles que percebem a gravidade da situação que o país vive.



Iconographia

## As dimensões da crise do mundo do trabalho

Ricardo Antunes \*

*"A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído este trabalho é que se pode descrever adequadamente o movimento real".*

(Posfácio à 2ª edição de O Capital, 1873)

Nas últimas décadas, particularmente depois de meados de 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, neste mesmo período, ocorreram mutações intensas, de ordens diferenciadas, e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do movimento operário, e, em particular, no âmbito do movimento sindical. O entendimento deste quadro, portanto, supõe uma análise da totalidade dos elementos constitutivos deste cenário, empreendimento ao mesmo tempo difícil e imprescindível, que não pode ser tratado de maneira ligeira[1].

Neste artigo, vamos somente indicar alguns elementos que são centrais, em nosso entendimento, para uma apreensão mais totalizante da crise que se abateu no interior do movimento operário e sindical[2]. Seu desenvolvimento seria aqui impossível, dada a amplitude e complexidade de questões. A sua indicação, entretanto, é fundamental por que afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas.

Começamos dizendo que neste período vivenciamos um quadro de crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas, especialmente a partir do início dos anos 70. Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver “práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para satisfação das necessidades humanas”. [3] Esta crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que, como veremos, afetou fortemente o mundo

do trabalho. Retomaremos adiante este ponto.

Um segundo elemento fundamental para o entendimento das causas do refluxo do movimento operário decorre do explosivo desmoronamento do Leste Europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram uma transição socialista, com a URSS à frente), propagando-se, no interior do mundo do trabalho, a falsa idéia do “fim do socialismo”. Embora a longo prazo as consequências do fim do Leste Europeu sejam eivadas de positivities (pois coloca-se a possibilidade da retomada, em bases inteiramente novas, de um projeto socialista de novo tipo, que recuse, entre outros pontos nefastos, a tese staliniana do “socialismo num só país” e recupere elementos centrais da formulação de Marx), no plano mais imediato houve, em significativos contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário, a aceitação e mesmo assimilação da nefasta e equivocada tese do “fim do socialismo” e, como dizem os apoletas da ordem, do fim do marxismo[4].

E mais, ainda como consequência do fim do chamado “bloco socialista”, os países capitalistas centrais vêm rebaixando brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a “inexistência”, segundo o capital, do “perigo socialista” hoje. Portanto, o desmoronamento da URSS e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais, e no sindicalismo a eles vinculado.

### **A social-democratização de parte da esquerda e o recuo diante da agenda neoliberal**

Paralelamente ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista - e aqui entramos em outro ponto central-, deu-se um agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquerda, e a sua consequente atuação subordinada à ordem do capital. Esta acomodação social-democrática

atingiu fortemente a esquerda sindical e partidária, repercutindo, conseqüentemente, no interior da classe trabalhadora. Essa acomodação social-democrática atingiu também fortemente o sindicalismo de esquerda, que passou a recorrer, cada vez mais frequentemente, à institucionalidade e a burocratização que também caracterizam a socialdemocracia sindical.

É preciso acrescentar ainda que, com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70, e a conseqüente crise do *Welfare State*, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O projeto neoliberal passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como FMI e Bird, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo classista, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna” é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital etc.

Vê-se que se trata de uma processualidade complexa que, repetimos, aqui somente podemos indicar e que podemos assim resumir: 1) há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentuam seus traços destrutivos; 2) deu-se o fim do Leste Europeu, onde parcelas importantes da esquerda se social-democratizaram; 3) esse processo efetivou-se num momento em que a própria social-democracia sofria uma forte crise; e 4) expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões.

Como resposta do capital à sua crise estrutural, várias mutações vêm ocorrendo e

que são fundamentais nesta viragem do século XX para o século XXI, se sequer, como ensinou Marx, “apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (conforme a nossa epígrafe recolhida do posfácio à 2ª edição de *O Capital*, de 1873). Uma delas, e que tem importância central, diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho.

Particularmente nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, no qual se destaca, para o capital, especialmente, o modelo “toyotista” ou o modelo japonês. Estas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência inter-capitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e de controlar a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical.

Fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca a adesão de fundo, por parte dos trabalhadores, que devem abraçar, de “corpo e alma”, o projeto do capital. Procura-se uma forma daquilo que chamei, em **Adeus ao Trabalho?**, de envolvimento manipulatório levado ao limite, no qual o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital.

### As principais conseqüências das transformações em curso no processo de produção

Quais são as conseqüências mais importantes destas transformações no processo de produção e como elas afetam o mundo do

trabalho? Podemos, de modo indicativo, mencionar as mais importantes:

1) diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo e da fase de expansão daquilo que se chamou de regulação social-democrática.

2) aumento acentuado das inúmeras formas de subproletarização ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, sub-contratado, terceirizado, e que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do Terceiro Mundo, como também nos países centrais.

3) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora; em escala mundial, aumento este que tem suprido principalmente o espaço do trabalho precarizado, sub-contratado, terceirizado, *part-time* etc.

4) enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços”, que inicialmente aumentaram em ampla escala mas que vem presenciando também níveis de desemprego tecnológico.

5) exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores “velhos” (em torno de 45 anos) do mercado de trabalho dos países centrais.

6) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho dos imigrantes, e expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outros.

7) há, em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha.

8) Há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (Capítulo Inédito), em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada.

**Mutações criaram uma classe operária mais heterogênea, fragmentada e complexificada**

Portanto, a classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, na qual houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos, como na indústria automobilística, na qual o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional”, capaz de operar com máquinas com controle numérico e, de outro, uma massa precarizada, sem qualificação, que hoje está presenciando o desemprego estrutural.

Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada. Entre qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, jovens/velhos, homens/mulheres, estáveis/precários, imigrantes etc.

Ao contrário, entretanto, daqueles que propugnaram pelo “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual, o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho* e do movimento sindical e operário, nesta viagem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização. Condição imprescindível para se opor, hoje, ao brutal desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global e que se constitui no

exemplo mais evidente do caráter destrutivo e nefasto do capitalismo contemporâneo.

O entendimento abrangente e totalizante da crise que atinge o mundo do trabalho passa, portanto, por este conjunto de problemas que incidiram diretamente no movimento operário, na medida em que são complexos que afetaram tanto a economia política do capital, quanto as suas esferas política e ideológica. Claro que esta crise é particularizada e singularizada pela forma pela qual estas mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas afetaram mais ou menos direta e intensamente os diversos países que fazem parte dessa mundialização do capital que é, como se sabe, desigualmente combinada.

Para uma análise detalhada do que se passa no movimento operário inglês, italiano, brasileiro ou coreano, o desafio é buscar essa totalização analítica que articulará elementos mais gerais deste quadro, com aspectos da singularidade de cada um destes países. Mas é decisivo perceber que há um conjunto abrangente de metamorfoses e mutações que tem afetado a classe trabalhadora, e para a qual é absolutamente prioritário o seu entendimento e desvendamento, de modo a resgatar um projeto de classe capaz de enfrentar estes monumentais desafios presentes no final deste século.

**Para entender a atual crise é preciso recusar caminhos economicistas e politicistas**

Desse modo, é preciso recusar tanto o caminho economicista, das leis férreas e rígidas economia, que excluem as lutas de classes e as esferas da política e da ideologia, quanto o seu contraponto, o caminho politicista, que desconsidera a esfera da economia política e o mundo da materialidade, o que Marx chamou de “anatomia da sociedade civil”. Em ambos os casos perde-se a possibilidade de apreender os múltiplos e facetados elementos constitutivos desta crise que atinge o movimento operário. Se não se faz esta articulação complexa e fundamental,

pode-se incorrer num equívoco grave, que é aquele que se mostra incapaz de perceber o significado essencial destas mudanças.

Equívoco que parece incorrer Armando Boito, ao concluir que: “Na realidade, é a política, e não o mercado, ou a situação de trabalho, que unifica a classe operária. A política num duplo sentido: a ação política e ideológica da vanguarda e as condições políticas objetivas de cada período histórico” (Conforme *Debate Sindical*, número 23, 1996, pp. 23/24). O que é decisivo é que uma ação política e ideológica de classe hoje passa fundamentalmente pela compreensão aprofundada, detida e minuciosa no que se presencia no capitalismo e no interior da própria classe trabalhadora.

É por não fazer isso que, diz ainda Armando Boito, “o que vale para o movimento sindical não vale, obrigatoriamente, para o movimento operário e socialista” (Idem, página 22). Ainda que o *obrigatoriamente* seja para amenizar, é como se num lado estivesse o movimento sindical, noutro o movimento operário e noutro, ainda, o movimento socialista. Se se quer a emancipação dos trabalhadores é também fundamental compreender o que se passa no interior dos próprios trabalhadores. E o que se passa no interior dos trabalhadores afeta, ainda que em intensidades diferentes, tanto o movimento sindical, quanto o próprio movimento operário.

**Uma nota adicional sobre as opiniões do historiador inglês Eric Hobsbawm**

Armando Boito cita Hobsbawm para respaldar suas indicações no artigo acima referido. É de se estranhar que tenha desconsiderado um texto já publicado entre nós, do mesmo Hobsbawm, que trata exatamente desta temática[5]. Sem querer cansar o leitor com citações, o que pensa Hobsbawm sobre isso? Diz o historiador: “Em primeiro lugar, há uma revolução técnico-científica, que transformou radicalmente tanto as comunicações como a técnica e a organização da

produção industrial (...). Na produção, a transformação se dá em dois sentidos. De um lado, há a automação crescente, não mais necessitando de enormes exércitos de trabalhadores, dessa indústria *labour intensive*, que no passado formou precisamente os contingentes dos movimentos e partidos operários. A classe operária já não cresce nas regiões de primeira industrialização, mas diminui em sentido absoluto e relativo. De outro lado, há a descentralização da produção e o início do que poderia chamar de 'fim da época fordista': é o declínio da fábrica gigante e estandarizada, da administração centralizada (...). Há mais autonomia, mais desagregação da produção em unidades dispersas e, portanto, maior diversificação de produtos (...). Esse é um modelo importantíssimo; tal coisa não teria sido possível antes dos anos 70, mas tem se tornado cada dia mais importante nos países desenvolvidos e em alguns outros. Em consequência, há mais dispersão dos operários em vez de concentração". (Hobsbawm, 1989, pp. 13/14)

E acrescenta Hobsbawm: "(...) o que temos agora é uma situação muito mais complexa do que no passado. Por exemplo, hoje já não existe um só modelo de classes operárias como parecia haver no final do século passado, com um só modelo de organização, seja sindical, seja política. Há uma variedade de casos possíveis em contextos políticos também distintos. Na Europa, por exemplo, há uma situação nova, que é o caso da 'desindustrialização' de regiões da velha industrialização, onde a classe operária já desaparece ou se encontra em crise (...).

Além disso, as novas classes operárias desses países são heterogêneas, que podem ser facilmente divididas, pois se trata de um grupo de turcos aqui, de portugueses ali, de africanos, de marroquinos em outra parte da mesma fábrica". (Idem, p 16)

Pode-se concordar ou não com várias formulações de Hobsbawm. Mas é importante que o leitor saiba que Hobsbawm não desconsidera nem menospreza questões tão cruciais para o entendimento das causas da crise do movimento operário hoje.

## NOTAS

- [1] Em nosso ensaio **Adeus ao trabalho?** procuramos indicar alguns elementos fundamentais das mutações que vem ocorrendo no interior do mundo do trabalho.
- [2] É evidente que o movimento operário é muito mais amplo que o movimento sindical; porém, são enormes as relações e conexões entre ambos, de modo que aqui procuramos oferecer alguns elementos básicos que atinjam o mundo do trabalho em seu conjunto.
- [3] Conforme Mészáros, I., **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**, Ed. Ensaio, p. 103. Em **Beyond Capital - Towards a Theory of Transition**, Ed. Merlin Press, London, pode-se encontrar um monumental esforço analítico para se compreender esta crise estrutural do capital (especialmente nas partes 1 e 2), cuja análise acompanhamos integralmente. **A Mundialização do Capital**, Ed. Xamã, de François Chesnais, é uma boa radiografia da economia política do capitalismo na era do capital financeiro e oferece elementos importantes para o entendimento desta crise do capital.
- [4] Procuramos mostrar, em **Adeus ao Trabalho?**, os equívocos desta tese. Ver especialmente pp. 135/145.
- [5] Hobsbawm, E. **A Trajetória do Movimento Operário**, Coleção Trabalhadores, Campinas, 1989.

\* Professor Livre Docente em Sociologia no IFCH/Unicamp e autor, entre outros livros, de **Adeus ao trabalho? (Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)**, Ed. Cortez/Unicamp, e **O novo sindicalismo no Brasil**, Ed. Pontes, ambos recentemente publicados.

# Qualidade Total, as novas máscaras do velho capital

Emílio Gennari \*

**Já é parte do senso comum a constatação de que vivemos num mundo onde o acirrar-se da concorrência em nível internacional está levando as empresas a profundas mudanças. Para garantir a própria sobrevivência no mercado, os capitalistas e seus representantes vêm orientando a sua ação nos locais de trabalho rumo a um constante aumento da produtividade e a uma progressiva redução dos custos de produção.**

Sob o peso da coerção imposta pela concorrência, esta tensão para oferecer mercadorias e serviços que atendam, por preços competitivos, a determinados requisitos, só pode ser coroada pelo sucesso na medida em que se otimiza os processos de trabalho. As mudanças no interior de cada empresa devem conhecer, ao lado dos investimentos em máquinas e equipamentos eletrônicos, um significativo esforço por parte das gerências de recursos humanos para garantir a participação e o comprometimento dos trabalhadores nas próprias mudanças que serão implementadas.

Mas por que é tão importante envolver os funcionários? Porque eles são os executores das tarefas prescritas para cada posto de trabalho, aqueles que mais sabem sobre elas, melhor conhecem os problemas que as próprias tarefas costumam gerar, já resolvem

informalmente a maior parte deles e, de consequência, detém melhores condições para propor soluções.

Este saber prático acumulado pelos trabalhadores tem suas origens nos contrastes que, diariamente, ocorrem entre o trabalho prescrito pelo setor de organização e método das empresas e o trabalho real a ser realizado em condições que, frequentemente, se distanciam das que são previstas pelos engenheiros. Estes, ao definirem as tarefas a serem desenvolvidas em determinado espaço de tempo, a maneira de utilizar as ferramentas e as máquinas, os modos operatórios e as regras a serem respeitadas, não levam em consideração, por exemplo, a variabilidade das matérias-primas (composição, dimensões etc.), das ferramentas (folgas, desgastes, regulagem), dos sistemas de tratamento das informações (sensores, computadores) e dos

sistemas de potência (vazamentos hidráulicos, falta de energia), elementos que influem diretamente na produção e exigem frequentes intervenções humanas.

É assim que os trabalhadores, ao operacionalizarem diariamente os fundamentos básicos do saber técnico, incorporam este saber e desenvolvem informalmente um conjunto de conhecimentos práticos (macetes) que, ao alterarem as ordens recebidas, garantem a realização da produção nos moldes e na quantidade exigida. Ou seja, são portadores de um saber que é integrante da qualificação do trabalhador coletivo e que, se comunicado à empresa, pode levar à plena utilização de toda as potencialidades oferecidas pelos equipamentos já existentes, à eliminação de sistemas suplementares de controle de qualidade e de pontos de estrangulamentos do processo de trabalho que aumentam os custos e emperram a elevação dos índices de produtividade.

### **Trabalhadores guardam para si saber prático acumulado na realização das tarefas**

Mas é exatamente nesta comunicação entre os funcionários e os níveis superiores da hierarquia da empresa que os gerentes de recursos humanos encontram os maiores problemas. Práticas repressivas, injustiças, distâncias entre os níveis de planejamento e o “chão da fábrica” e a própria organização do trabalho têm gerado seguidos conflitos e uma profunda desconfiança dos trabalhadores em sua relação com a chefia. Neste contexto, os funcionários têm guardado para si o saber prático acumulando na realização de suas tarefas diárias para, de um lado, evitar que chefes e supervisores se aproveitem desse mesmo saber para serem promovidos às suas custas e, de outro, para impedir que as empresas utilizem suas idéias para aumentar o ritmo de trabalho, o número de tarefas ou, ainda, para reduzir o contingente de empregados. Além disso, estes mesmos conhecimentos têm sido utilizados pelos

trabalhadores para efeitos de promoção pessoal e como base de suas formas de resistência individuais e coletivas que, em diferentes graus, têm questionado e colocado em cheque a ordem imposta pelo capital nos locais de trabalho.

Pressionadas pela concorrência e conscientes de que a chave da redução dos custos, da elevação da produtividade e da qualidade está no saber dos trabalhadores, as empresas começam a colocar-se as seguintes questões: como levar o empregado a comunicar o seu saber prático? Como implementar um processo de participação dos trabalhadores sem dar a eles poder real de decisão e sem enfraquecer a estrutura de controle e a ordem do capital? Em outras palavras, como fazer do trabalhador um militante do capital?

### **O capital tende a construir uma aparente identidade com o trabalhador coletivo**

A análise das modernas formas de gestão de recursos humanos, chamem-se elas de Zero Defeitos, Qualidade Total, 5 “S”, TQC ou qualquer outro nome, tem revelado que em seu alicerce estão presentes quatro elementos fundamentais:

1- Fazer com que o desempenho dos funcionários seja orientado por uma total dedicação à figura do cliente. Cliente entendido como a pessoa que recebe o resultado de um trabalho e que, portanto, pode ser externo (o consumidor das mercadorias e dos serviços da empresa) ou interno (o colega do posto seguinte). Diante deste pressuposto, o senso comum dos trabalhadores é levado, de um lado, a incorporar a idéia de que é da satisfação do cliente externo com os produtos da empresa que dependem os lucros e a sobrevivência da mesma e, como consequência, a manutenção de seu próprio emprego.

O capital tende, assim, a construir uma aparente identidade de interesses com o trabalhador coletivo. Identidade através da qual, de um lado, busca ganhar o seu consentimento às duras mudanças que se fazem

necessárias para garantir a acumulação e, outro, oculta a contradição central do sistema entre a socialização da produção, que transforma o trabalho da humanidade num trabalho objetivamente cooperador, e a forma privada da apropriação do valor produzido. Contradição que está na base da crescente concentração da riqueza e da elevação dos níveis de miséria e de desemprego.

2- Garantir ao funcionário um conjunto de benefícios que lhe permita experimentar uma sensação de segurança em relação ao seu futuro na empresa.

3- Recuperar a confiança dos trabalhadores, pois, sem ela, qualquer relacionamento acabará degenerando em conflito. É neste contexto que as gerências de Recursos Humanos passam a desenvolver seis aspectos fundamentais:

- O envolvimento dos trabalhadores.
- A comunicação empresa-trabalhador.
- Estabelecer objetivos desafiadores que, ao serem atingidos, produzam nos empregados uma sensação de orgulho.

- Agir com sutileza. A hierarquia da empresa deve passar a reconhecer com honestidade e franqueza aquilo que é realizado pelos trabalhadores.

- Profissionalizar a chefia para que ela seja respeitada pela sua competência e espírito de liderança e não pelo medo que, como autoridade, impõe aos subordinados.

- A inter-relação desses elementos deve fazer com que a realidade do dia-a-dia, e não apenas o discurso, mostre que a empresa é uma espécie de extensão da família.

4- Desenvolver um sentimento de credibilidade mútua na relação com o sindicato. As empresas partem da constatação de que o sindicato cresce e se fortalece na medida em que proporcionar aos trabalhadores alguma segurança contra ações arbitrárias. Neste sentido, os conflitos, ao se desenvolverem no local de trabalho, criam as condições ideais para o fortalecimento da ação sindical na mesma proporção em que vão deteriorando as relações entre os funcionários e a direção da empresa.

**O sindicato é um canal de comunicação aparentemente acima de qualquer suspeita**

Para driblar esta situação, aparentemente, seria suficiente que a gerência concedesse aos trabalhadores um certo número de benefícios ou, ainda, resolvesse alguns problemas adiantando-se à ação dos sindicatos para que seja definitivamente consolidado o afastamento dos empregados de seus órgãos de representação. Porém, a realidade mostra que, a longo prazo, estas atitudes levam os trabalhadores a colocarem-se os seguintes questionamentos: “Se a empresa acredita em maior participação, porque não participar por intermédio do sindicato? Ou será que a empresa deseja livrar-se do sindicato para conseguir aprofundar a exploração sobre nós no futuro?”

Não é difícil perceber que estas questões podem vir a gerar uma situação na qual o trabalhador coletivo passa a desconfiar das verdadeiras intenções da empresa, a não comunicar o seu saber e a recriar um novo patamar de resistência pessoal e coletiva. Frente a essa possibilidade, as empresas que mais têm investido nas formas de gestão participativa têm percebido que o sindicato lhes fornece um canal de comunicação com os empregados já pronto e, aparentemente, acima de qualquer suspeita. É assim que, para abrir uma brecha nas resistências de sindicalistas e militantes e falar aos trabalhadores com a chancela legitimadora destes, temos assistido, por exemplo:

- Ao agendamento de seminários dos quais participam gerentes e sindicalistas para discutir novas formas de gestão que garantam a qualidade e a competitividade de produtos e serviços.

- À formação de comissões paritárias para estabelecer normas disciplinares ou regulamentar planos de cargos e salários.

- Ao convite dirigido aos sindicatos para que realizem na empresa palestras sobre a prevenção de acidentes, os direitos garanti-

dos no acordo coletivo da categoria, a importância da sindicalização etc.

- Ao agendamento de um calendário anual de negociações.

- À possibilidade de realizar campanhas de sindicalização no interior dos locais de trabalho, de publicar integralmente matérias escritas por sindicalistas nos jornais da empresa e de usar, sem restrições, os quadros de aviso da mesma.

Cabe ressaltar que, dessa forma, além de consolidar no trabalhador coletivo a impressão de que a empresa não tem nada a esconder, é possível mapear problemas presentes ou em fase de desenvolvimento, recolher dos próprios sindicalistas sugestões e questionamentos preciosos para evitar o desgaste de possíveis situações de conflito, levar o sindicato a admitir sem reservas a necessidade da empresa ter lucro - por ele ser algo natural e imprescindível em nosso sistema econômico - e a desenvolver acordos que busquem garantir a competitividade de produtos e serviços mesmo em época de recessão.

### **Patrão muda a qualidade do enfrentamento no interior da velha luta de classes**

Os efeitos nefastos destas novas relações entre capital e trabalho não permanecem restritos ao recinto da empresa. Ao reafirmarem ao nível do “chão da fábrica” que o capitalismo deve ser mantido como horizonte histórico da humanidade, estes programas criam parte das condições necessárias para que a mesma integração ativa à ordem do capital possa atingir toda a sociedade.

Enquanto os trabalhadores abrem mão de construir o seu futuro, os patrões apenas mudam as armas e a qualidade do enfrentamento no interior da velha e ininterrupta luta de classes. Luta que, a depender da correlação de forças, ora será franca e aberta, ora disfarçada, atrás das novas formas de gestão de recursos humanos.

Mas vamos deixar que os empresários confirmem com suas próprias palavras as con-

clusões a que chegamos: “Se for compreendido e assimilado que o trabalhador brasileiro, obedecendo à mesma evolução dos seus congêneres europeu e americano, luta por melhores condições de vida e de trabalho, as empresas não verão os movimentos reivindicatórios como ameaça e sim como sobrevivência e aperfeiçoamento do sistema capitalista” [1]. Para bom entendedor ... meia palavra basta.

E agora, o que fazer? Sem a pretensão de esgotar o debate sobre as respostas do movimento sindical diante destas investidas do capital, achamos importante traçar algumas pistas de reflexão. Em geral, parece-nos que, em suas análises e bandeiras de luta, o movimento sindical tem progressivamente abandonado a perspectiva classista para assumir conceitos, frases e palavras-chave que a ação da classe dominante tem transformado em senso comum.

Ouvimos sindicalistas falarem frequentemente em competitividade, mercado, eficiência e qualidade, sem perceber que se trata da competitividade, do mercado, da qualidade e da eficiência capitalistas, ou seja, de critérios de ação e relações que geram ao mesmo tempo uma espantosa concentração de renda e uma progressiva exclusão de setores consideráveis das classes trabalhadoras de qualquer possibilidade de acesso às condições mínimas de sobrevivência.

Sem perceber, ao compartilhar os mesmos conceitos e assumir as mesmas categorias de análise da classe dominante, a ação da classe acaba sendo pensada no interior dos limites e da lógica do capital. E, ao perderem a identidade de classe, os próprios sindicatos contribuem para a integração dos trabalhadores às necessidades da ordem do capital. Nessa situação de subalternidade, a resposta do movimento sindical não consegue ultrapassar as fronteiras do senso comum, permanece no nível econômico corporativo, fragmenta-se em mil ações setoriais e contribui para deseducar a classe, na medida em que vai apresentando como vitória o prejuízo menor garantido pela assinatura de um acordo qualquer.



Michèle Mifano

### **Sindicatos deixam que as empresas ocupem vastos espaços de ação política**

O processo de afastamento do movimento sindical das reais necessidades das classes trabalhadoras aprofunda-se na medida em que seus dirigentes há tempo estão afastados dos locais de trabalho, não têm uma inserção orgânica no cotidiano das mudanças que ocorrem nas empresas e, na ausência de organizações de bases capazes de responder aos novos desafios do capital, fazem da luta institucional e de formas de agitação padronizadas o único caminho para manter e, raramente, ampliar os benefícios já alcançados pelas lutas dos trabalhadores.

Diante deste quadro não é difícil entender porque parece impossível fazer sindicalismo nas empresas que implantaram de forma séria e coerente os programas de qualidade total. Na medida em que o antigo inimigo de classe tende a assumir a feição de parceiro e a ação sindical é levada apenas de fora para dentro dos locais de trabalho, o movimento, além de não conseguir identificar as contradições e os pontos fracos na

aparente solidez e invencibilidade das novas formas de gestão de recursos humanos, deixa que as empresas ocupem em seu lugar vastos espaços de ação política.

Enquanto isso, para além dos convites formais, a organização, a mobilização, a participação dos trabalhadores nos sindicatos resume-se, frequentemente, a referendar algo que não foi sequer formulado, discutido e apreciado exaustivamente por eles. As empresas passam a ocupar e a orientar, de acordo com seus interesses, um espaço de discussão e participação política que deveria ser, mas não é, uma das principais preocupações dos sindicatos.

Espaço que, aliado ao enriquecimento das tarefas, à percepção de que o trabalho torna-se um permanente desafio e à quebra das barreiras que impediam os contatos entre os empregadores e a hierarquia da empresa, leva o trabalhador a experimentar um sentimento de auto-realização. Ao perceber que suas idéias são ouvidas, valorizadas e até implementadas, o funcionário começa a ver a empresa, e não a luta dos trabalhadores, como lugar onde pode realizar o seu potencial, desenvolver-se como profissional e construir a sua própria identidade.

### Caráter manipulador deste plano deve ser desvendado com um intenso trabalho

Nunca é demais lembrar que quando as formas participativas dos programas de qualidade total atingem este grau de adesão dos empregados, as próprias acusações de demagogias lançadas pelo esforço de agitação dos sindicatos nos portões da empresa correm o risco de golpear os próprios sindicatos. De fato, o senso comum dos trabalhadores, alicerçado nas mudanças que já foram implantadas nos locais de trabalho e orientado de forma predominante pelas idéias e valores veiculados pela gerência, faz com que estes passem a ver o sindicato como um empecilho à possibilidade de alcançarem sua auto-realização.

Curiosamente, a experiência de algumas organizações de base tem mostrado que, para colocar em xeque esta visão de mundo, é necessário reconstruir os espaços de diálogo e participação informais no âmbito de uma vivência cotidiana das relações que se desenvolvem no interior das empresas e de uma leitura da mesma à luz de uma perspectiva classista. É nesta direção que militantes e ativistas têm conseguido reacender o sentimento de rebeldia ao questionar o senso comum com perguntas como as que seguem:

“Por que os patrões nos deixam dar palpites e tomar decisões sobre uma parcela muito pequena do trabalho e não nos deixam dar idéias sobre uma parcela maior? Por que podemos falar apenas sobre como melhorar esta tarefa ou aquele serviço e não sobre o que produzir, quanto e para quem? Por que não nos deixam tomar decisões sobre o conjunto do processo produtivo, sobre as relações que constituem suas bases, sobre os investimentos a serem realizados e sobre como averiguar, direcionar e dividir os lucros da empresa? Se é tão bom participar e dar idéias, por que tem que ser apenas sobre aquilo que os patrões querem?”

Em outras palavras, o caráter manipulador e domesticador destes planos deverá ser desvendado através de um longo e intenso trabalho de fundamentos ao pé-de-ouvido que, ao construir dúvidas no coração do senso comum, mantenha aberto um canal de comunicação com o trabalhador coletivo para levá-lo a perceber as contradições que permanecem presentes na empresa e na sociedade, a relacioná-las entre si e a visualizar como elas voltam a agir com força total toda vez que a classe deixa de lutar e de resistir.

A derrota do capital começará a tornar-se realidade a partir do momento em que as organizações dos trabalhadores cumprirem, de um lado, com a tarefa de visualizar a que interesses, valores e pressupostos respondem suas formas de dominação. De outro, através de projetos baseados em seus interesses de classe, na resistência e nos valores que o trabalhador coletivo já vivencia de forma embrionária, elas deverão tornar visível e palpável a possibilidade de reorganizar o trabalho e a sociedade tendo como meta as necessidades individuais e coletivas de cada ser humano e não a geração e a apropriação privada do lucro, que alimenta a acumulação do capital e a destruição das condições de sobrevivência de setores cada vez amplos da população.

### NOTA

- [1] Reproduzimos aqui uma das principais conclusões da pesquisa realizada entre os meses de setembro de 1984 e março de 1985 em 91 das maiores empresas brasileiras (líderes de setor) e publicada na revista **Tendências do Trabalho**, de setembro de 1987, sob o título: "Planejamento Estratégico - Perspectivas de enfrentamento do movimento sindical em 91 empresas".

### BIBLIOGRAFIA

- Caixa Econômica Federal. **Curso básico gerencial de Qualidade**, 1994, Mimeo.  
— Chiavenato, I. **Manual de Reengenharia - Um guia para reinventar e humanizar a**



- sua empresa com a ajuda das pessoas. Ed. Makron Books, São Paulo, 1995.
- Daniellou, F., Laville, A., Teiger, L. **Ficção e realidade do trabalho operário**, em: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Vol. 17, nº 68, outubro/dezembro de 1989.
  - Desed/BB, Projeto Azimute. **Gestão participativa**. Banco do Brasil, 1994, Mimeo.
  - Hampton, D., R. **Administração Contemporânea**. McGraw Hill, São Paulo, 1983, 2ª edição.
  - Kuenzer, A., Z. **Pedagogia da fábrica - As relações de produção e a educação do trabalhador**. Ed. Cortez/Autores Associados, São Paulo, 1989, 3ª edição.
  - Mirshawka, V. **Hospital, fui bem atendido - A vez do Brasil**. Makron Books, São Paulo, 1994.
  - Ouchi, W. **Teoria Z**. Ed. Nova Fronteira, São Paulo, 1983.
  - Peters, T. **Prosperando no caos**. Ed. Harbra, São Paulo, 1989.
  - Peters, T., Waterman, R.H.JR. **Vencendo a crise - como o bom senso empresarial pode superá-la**. Ed. Harbra, São Paulo, 1986, 10ª Edição.
  - Semler, R. **Virando a própria mesa**. Ed. Best Seller, São Paulo, 1989.
  - Tarqui Crivellari, H.M., Oliveira Melo, M.C. **Saber Fazer: implicações da qualificação**, em RAE, Vol. 29, nº 2, abril/junho de 1989.
  - Townsend, R. **Dane-se a Organização - a arte de obter mais lucros e mais produtividade com menos burocracia**. Ed. Best Seller, São Paulo, 1989.

\* Integrante do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio

Ed Viggiani



## O MST, a luta pela reforma agrária e o governo FHC

João Pedro Stédile \*

Novamente a reforma agrária voltou a ser destaque no cenário político nacional. Não é a primeira vez que isso acontece. Em outras ocasiões de nossa história a luta e a organização dos trabalhadores lograram romper o bloqueio imposto pelos latifundiários e apresentar à sociedade a necessidade de democratizar o acesso à propriedade rural. Portanto, a luta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desenvolve hoje faz parte de uma longa jornada.

Vejam os um pouco dessa história. Do descobrimento do Brasil a 1850, quando foi instituída a primeira Lei de Terras do país, prevalecia a livre ocupação das terras devolutas. Mas a ocupação da imensidão de terras pertencentes à Coroa, que era seguida ou precedida do recebimento do Título de Sesmarias, somente era feita pelos denominados "homens bons" - brancos ricos. Legalmente, excluía-se os indígenas, negros e brancos pobres de tornarem-se proprietários. Era também a garantia que, mesmo predominando o trabalho escravo, a população tivesse como única alternativa empregar sua mão-de-obra barata nos grandes latifúndios.

Já antevendo a abolição da escravatura, os latifundiários preocuparam-se em criar mecanismos que impedissem os pobres de terem acesso às terras devolutas e que evitassem a falta de mão-de-obra nas fazendas. Assim, em 1850, além da lei que proibia o tráfico negreiro, criaram a Lei de Terras. Ficava estabelecido que as terras devolutas, a partir deste momento, somente poderiam ser ocupadas mediante a compra. Impedidos de serem proprietários, restava aos imigrantes e negros recém-libertos empregar-se no latifúndio ou tirar sua subsistência numa parcela de terras que o latifundiário, "benevolente", cediam-lhes para uso. Essa estrutura amenizava os conflitos sociais e fortalecia a cultura do coronelismo.

Contra a pressão do latifúndio, proliferaram pelo país movimentos messiânicos centrados em figuras carismáticas e de cunho religioso. Canudos, na Bahia, com Antônio Conselheiro, e o Contestado, em Santa Catarina, como o monge José Maria, são dois exemplos marcantes da nossa luta pela terra.

Na década de 50, começou-se a implementar no Brasil um processo de modernização conservadora de agricultura. Por um lado, introduziram-se novas tecnologias, técnicas, insumos, maquinários e créditos. Do outro, manteve-se totalmente inalterada a estrutura fundiária, as relações de trabalho e a política de impedir aos pobres o acesso à propriedade rural. Contra essa opressão, surgiram grandes mobilizações antes do golpe

militar de 1964. As Ligas Camponesas, as Ul tabs (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terras) marcam a história desse período.

Com o golpe militar e a forte repressão contra o movimento camponês, prevaleceu um longo período em que predominou a luta pela terra promovida por pequenos grupos de famílias e de forma isolada. Essas características da luta, associada à violência dos latifundiários, favoreceram que fosse assassinado um grande número de trabalhadores rurais, líderes sindicais e agentes de pastorais.

Em meados da década de 70, o trabalho político no meio rural promovido pela Igreja Católica, principalmente através da CPT (Comissão Pastoral da Terra), e o movimento grevista que ocorria no meio urbano, favoreceram que as lutas isoladas passassem a se articular, inicialmente na região sul do país. E, a partir de 1984, com a formação de um movimento nacional. Assim, nasceu o MST.

**O programa do MST defende a luta pela terra e por mudanças profundas no país**

O MST se propõe a lutar pela reforma agrária e por mudanças estruturais no país. Assim, além de pressionar o governo para que o sem-terra tenha direito a posse rural, luta para que a estrutura fundiária brasileira seja radicalmente reformulada. É inadmissível que menos de 1% do total de proprietários rurais seja dono de mais de 43% das terras agricultáveis. E, segundo o próprio governo, que 62% das terras aptas para a produção de alimentos sejam mantidas improdutivas.

No outro extremo, temos 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra e 32 milhões de brasileiros que passam fome. Diante desse quadro, o MST encara a reforma agrária como sendo um conjunto de medidas. Começa pela desapropriação das propriedades improdutivas, mas ataca vários

outros problemas que afetam toda a sociedade, e não somente os sem-terra. Problemas como:

a) *A concentração fundiária.* É inadmissível e injustificável que permaneça uma concentração fundiária como a descrita acima. É totalmente incompatível com o anseio do povo brasileiro de consolidar uma sociedade democrática.

b) *A má utilização da terra.* Considerando apenas as propriedades acima de mil hectares, há 120 milhões de hectares totalmente improdutivos, de acordo com o cadastro do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

c) *A produção.* As melhores terras estão destinadas para produtos de exportação, como café, soja, laranja, ou cana-de-açúcar. É preciso mudar este quadro. Temos que priorizar a produção de alimentos e dar esta finalidade às terras.

d) *A fome.* No Brasil, com todo potencial agrícola existente, 32 milhões de pessoas passam fome e 65 milhões se alimentam aquém das necessidades básicas.

e) *O êxodo rural.* Os grandes centros urbanos estão se tornando cada vez mais inabitáveis, gerando condições de vida sub-humanas nas favelas, desemprego, insegurança e aumento de criminalidade.

f) *O modelo tecnológico adotado na agricultura.* Para beneficiar as empresas multinacionais, ele promoveu também a concentração da agroindústria. É possível e necessário adotar um novo modelo, espalhando pequenas agroindústrias em diversas cidades e criando emprego descentralizado.

Com esses objetivos é que o MST conduz a luta pela reforma agrária. Acreditamos que, através dela, estaremos construindo um Brasil democrático e igualitário. Um Brasil socialista.

**Governo FHC não investe na reforma agrária, apesar das últimas medidas alardeadas**

O governo FHC, em suas viagens internacionais e na grande imprensa, alardea que

está fazendo a reforma agrária. Resta ao próprio ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, desmentir o presidente ao reconhecer que nesse governo não há sequer um plano nacional de reforma agrária. "Reconhecemos que isso é uma deficiência" (*O Estado de S. Paulo*, 07/11/96). Mesmo assim, com muito estardalhaço, FHC tomou duas medidas recentes sobre a questão. Uma aumentando o ITR (Imposto Territorial Rural) das terras improdutivas e outra, em parceria com o Banco Mundial, criando o programa "cédula da terra".

Vejamos essas iniciativas de forma mais detalhada. Quanto ao ITR, o governo baixou medida provisória anunciando novos critérios para sua cobrança. Mas estamos desconfiados de que ele está mais interessado em fazer propaganda do que de fato em cobrar os latifundiários. Os novos critérios que aumentam a taxação das terras improdutivas são positivos. Mas o fato de permitir que o proprietário declare e ele mesmo julgue quanto vale a sua terra é uma armadilha. É evidente que o proprietário vai colocar o valor lá embaixo.

Mesmo que a alíquota seja alta, o pagamento será pequeno. O governo argumenta que, para efeito de desapropriação, vigorará esse valor. Mas as desapropriações jamais atingirão a todos os 160 milhões de hectares que estão improdutivos. Por outro lado, se o proprietário quiser vender sua terra para o Inbra, como está acontecendo, ele vai fazer justamente o contrário. Vai colocar o preço da terra lá em cima e quando for desapropriada será um verdadeiro prêmio - como aliás já vem acontecendo em diversas regiões.

O governo anuncia que entrarão muitos recursos para reforma agrária. Fala em R\$ 400 milhões em 97 e até R\$ 1.6 bilhão em 98. No entanto, no orçamento da União deste ano, o ministro Kandir colocou uma receita de apenas R\$ 203 milhões do ITR. Por outro lado, os recursos do novo ITR serão cobrados apenas a partir de agosto de 97. Ou seja, na verdade o Inbra não disporá logo de novos recursos.

Pela atual legislação do ITR, se o governo quisesse cobrar dos latifundiários segundo o primeiro lançamento da Receita Federal, poderia ter recolhido, desde março de 96, a quantia de R\$ 1.5 bilhão. Mas ele cedeu às pressões: da bancada ruralista, cancelou guias, refez cálculos e recolheu apenas R\$ 200 milhões. Alguns técnicos da Receita protestaram e a atitude do governo foi demitir a superintendente do órgão no Ceará, que insistia em manter a cobrança original.

Portanto, o problema do ITR não é de legislação. É do governo querer cobrar, mesmo que seja de seus amigos ou de suas bases políticas. E isso ele ainda precisa provar. Não acreditamos que ele queria cobrar. Aliás, na nova lei, não há nada sobre os débitos atrasados do ITR, que, segundo técnicos da Receita, podem chegar nos últimos cinco anos a R\$ 1 bilhão. Do lado dos latifundiários, certamente surgirão muitos escritórios de consultoria, tributaristas etc., orientando-os a burlar a lei, como já é feito com o Imposto Renda.

Nenhum país do mundo fez a reforma agrária via tributação. Esta deve partir necessariamente da desapropriação de terras. Somente assim ocorre um resgate da sociedade sobre os recursos naturais que precisam de melhor destinação social, o que de fato pode

alterar a concentração da propriedade rural. O ITR é importante como complemento, mas não é a solução.

### Programa "cédula da terra" transformará o Incra numa grande imobiliária rural

O programa "cédula da terra" será implantado a partir de 97 com R\$ 150 milhões do Banco Mundial. O Incra oferecerá financiamento aos sem-terra para que comprem seus lotes diretamente dos fazendeiros e fará um breve exame para saber se os preços são "compatíveis" com o mercado. Este oferecerá aos selecionados prazos de pagamento de cinco a oito anos e juros subsidiados. O empréstimo do Banco Mundial irá para o crédito dos assentados e a contrapartida do Incra será a compra da terra com Títulos da Dívida Agrária, descontáveis em 20 anos. O programa será realizado neste ano nos Estados do Ceará, Bahia, Maranhão e Pernambuco.

Na opinião do MST, este programa deve ser veementemente combatido por todos os defensores da reforma agrária. Pelo menos pelas seguintes razões:



Cynthia Brito

1- Ele acaba com o poder do Estado de realizar a reforma agrária com base nos instrumentos legais existentes. A desapropriação de terras ociosas, com justa e prévia indenização (como determina a Constituição), significa a “penalização” do latifúndio improdutivo. O programa do governo anula esse instrumento legal.

2- Num levantamento detalhado dos títulos de terras, certamente a grilagem será uma constatação evidente, como demonstram os estudos no Pontal do Paranapanema (SP) e no sul do Pará. Neste sentido, o programa do governo premiará, mais uma vez, os grileiros ao não questionar a origem de suas terras e permitir-lhes a venda.

3- Na verdade, o Incra passará a ser uma poderosa “imobiliária fundiária”, intermediando os negócios de compra e venda de terras. A disponibilidade para fins de assentamento ficará totalmente dependente da oferta dos fazendeiros. Os oligopólios determinarão o preço mínimo de suas terras e ofertarão as piores áreas, tanto na sua composição quanto na localização. Se hoje já há corrupção nos processos de desapropriação, imagine como será com este programa.

4. Alguns estudos já demonstraram que uma das consequências da compra e venda de terras é a elevação dos preços. Por outro lado, esta proposta desconhece a realidade sócio-econômica dos trabalhadores rurais sem-terra, que serão obrigados a contrair financiamentos bancários, mediante apólices, o que está muito distante das possibilidades destas famílias. Isto se agrava ao se considerar a falência dos instrumentos de apoio à produção e comercialização.

5- O programa “cédula da terra” é mais uma forma de enrolação do ministro falastro Raul Jungmann, que sobrevive do marketing. Ele lavar as mãos de suas responsabilidades, jogando a competência da reforma agrária e da solução dos conflitos rurais para o mercado - na verdade, para os latifundiários.

6- O programa alivia possíveis tensões com as bases políticas do governo e pode desarticular a pressão dos movimentos sociais organizados, retraindo os avanços his-

tóricos na luta pela reforma agrária, em que as ações tendem a ser definidas em função das necessidades dos trabalhadores rurais.

7- Por fim, revela-se a total adesão e aplicação do ideário neoliberal. A terra será acessível para quem tiver capacidade de pagar e produzir de acordo com as regras do mercado, sob a “fiscalização” do poder público. A reforma agrária não será reinventada, como diz o ministro, mas deturpada e, por que não, enterrada.

Este programa é defendido arduamente pelos técnicos do Banco Mundial. Estes argumentam que ele não questiona a propriedade privada (evita conflitos com os proprietários e, portanto, torna desnecessária a desapropriação) e que é mais ágil e barato do que os processos de desapropriação. Afora isso, serviria para evitar os confrontos na base política/latifundiária do governo FHC. Ou seja, para mascarar o apoio desta base à reforma agrária.

### **As divergências básicas do MST com a política agrária do governo FHC**

O MST tem duas divergências básicas com a política agrária de FHC. A primeira é de caráter estratégico. O governo vê a reforma agrária apenas como uma medida de política social para atenuar os conflitos no campo. Como não pode contentar os excluídos com emprego na cidade ou com cestas básicas, então dispõe-se a assentar 280 mil famílias em quatro anos. Para ele, caso o MST organize mais excluídos, já seria uma provocação.

Nós defendemos que na nossa sociedade existe ainda um grave problema agrário, que afeta toda população da cidade. É que para resolver a questão da fome, do desemprego, do êxodo rural e da marginalidade social é necessário realizar uma reforma agrária ampla, abrangente, que atinja milhões de pessoas. O governo não aceita essa avaliação porque no seu projeto neoliberal não há lugar para a agricultura, para um programa de de-

envolvimento da produção voltado para as necessidades da população pobre. Seu plano é o de modernizar o campo de acordo com os interesses do capital estrangeiro. A economia deve crescer, mas para beneficiar apenas esses setores e não a maioria da população.

A segunda divergência básica é em relação às medidas concretas do governo para resolver os conflitos rurais. Nós achamos que o governo apenas faz propaganda do que quer fazer, mas não faz! Às vezes, por incompetência; outras, por falta de prioridade política. Apenas como exemplo, vale relatar os compromissos que acordamos na audiência com o presidente da República, em 2 de maio passado.

Na ocasião, FHC garantiu que priorizaria o assentamento das famílias acampadas. Eram 37 mil na época. O Inera não periodizou e terminamos o ano com 42 mil famílias espalhadas em 244 acampamentos pelo país. Também disse que não faltariam recursos para reforma agrária, mas o dinheiro do Inera somente começou a ser liberado em setembro. Dos R\$ 243 milhões para crédito da produção nos assentamentos, somente saíram R\$ 80 milhões. Além disso, comprometeu-se em punir os responsáveis pelos massacres de Corumbiára e Carajás; os processos estão parados e nenhum assassino foi punido. Os próprios funcionários do Inera, através da CNASI (Confederação Nacional das Associações dos Funcionários), são enfáticos ao denunciarem o descompasso entre o que governo diz e o que realmente faz.

A reforma agrária não será conquistada se não for acompanhada por mudanças estruturais profundas no país. Mudanças que possibilitem construir uma nação para o povo brasileiro e não unicamente para atender aos interesses de uma elite cada vez mais ávida de riqueza e poder. Infelizmente, no momento em que as condições para realizá-la são mais favoráveis, vemos um governo inoperante, refém de uma aliança eleitoreira com

setores retrógrados, e um ministro incompetente. Este preocupa-se mais em aparecer na mídia do que em impulsionar a reforma agrária. Cultiva uma vaidade pessoal só comparável a do presidente.

Dados sobre assentamentos rurais são manipulados com a mesma facilidade com que não se cumprem acordos assinados. A inoperância do ministro esconde-se atrás da absurda exigência de somente negociar com os trabalhadores após eles assumirem o compromisso de ocuparem os prédios do Inera. Primeiro o governo assume compromissos com os trabalhadores. Depois, não os cumpre; para, em seguida, dizer que não negocia mais. Pelo pouco que se pode esperar de um governo que utiliza tal expediente para justificar a própria inoperância, resta-nos, cada vez mais como única saída, a mobilização popular para que as reivindicações dos trabalhadores sejam atendidas. A reforma agrária é uma luta de todos.

Da parte do MST, estamos conscientes de que tanto a reforma agrária, como as mudanças sociais, dependem de um amplo movimento de massas e da participação de toda a sociedade oprimida. Por isso, também estaremos cada vez mais engajados nas lutas da sociedade que extrapolam a reforma agrária. Nos mobilizaremos com todas as forças possíveis na campanha contra a reeleição, porque ela significa uma barreira ao avanço da democracia e do progresso. Mais seis anos de plano neoliberal representam o caos para a classe trabalhadora, além de significar um casuísmo que só interessa à manutenção dos mesmos no poder. Também estaremos engajados na luta contra as privatizações, em especial da Vale do Rio Doce, que representa uma afronta ao patrimônio da nação e compromete um projeto futuro de nossa economia nacional. O MST quer estar sempre lutando, junto com a sociedade, pelas grandes causas da classe trabalhadora.

\* Membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)



## A presença das centrais na agroindústria paulista

Antonio Thomaz Júnior \*

A presença das centrais sindicais como organismos de representação das distintas categorias de trabalhadores da agroindústria suco-alcooleira de São Paulo materializa-se, concretamente, num enfeichamento de limites e resistências políticas. Isso se expressa mediante a desarticulação do conjunto das categorias como propósito de organização das mesmas num sistema de articulação e centralização da representação sindical.

As entidades sindicais existentes no campo paulista mostram-se apenas como representação corporativa e isolada, sem se colocarem à consecução da unificação dos trabalhadores. Ou seja, não apontam alternativas organizativas para o conjunto dos trabalhadores, nem sequer em nível de operacionalidade, se próxima ou distante do

enraizamento do capital, ou ainda individualmente para cada categoria.

O exercício de gestão territorial das corporações sindicais, produto do fracionamento do trabalho, alienado do conjunto do processo de produção e das mediações que lhe dão sustentação, como também premido pelas redefinições normativas da Justiça do

Trabalho, na prática reacende e renova as fissuras no interior das disputas corporativas, como se pode constatar em recente trabalho.

Enquadra-se, ainda, no campo das mediações, os acordos informais entre as corporações, como o “acordo dos anos 70”, que nada mais são do que a subversão corporativista da unificação do operariado da planta fabril. É o caso do enquadramento dos cortadores de cana como industriários em apenas cinco sindicatos da alimentação e do açúcar - aliás, enquadramento semelhante ao ainda existente nos Estados produtores do Nordeste. Isto apesar da existência da súmula 57 de 1993 que põe fim a este tipo de enquadramento.

Vale ressaltar, nesse sentido, que a contradição da estrutura e organização sindical, assentada no verticalismo das instâncias de nível superior, é por onde se traça e se define o caminho ascendente ou descendente (dependendo de onde se parte) do corporativismo. Ou melhor, ele é que define a identidade corporativa do trabalho - isto é, se dos sindicatos para as confederações ou o inverso, sempre passando pelas federações estaduais. Nas instâncias de nível superior, principalmente nas federações, é onde se enraiza os interesses pela disputa de comando. Como também é nessa instância que se “costuram” os acordos para amortecer os conflitos ou disputas internas às corporações, que costumam desembocar no terreno da Justiça do Trabalho como alternativa prioritária.

A título de exemplo, esse é o caso dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) que, amparados na extinção da súmula 57, requerem o repasse das “contribuições” dos cortadores de cana (industriários) ligados aos sindicatos da alimentação e do açúcar. Outro caso é a disputa entre os Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs) e os STRs, capitaneados pelas respectivas federações paulistas (Feraesp e Fetaesp), que tentam assegurar-se do recolhimento das “contribuições”. Para manutenção das diferentes estruturas, elas buscam assenhorear-se de mais territórios ou, no mínimo, garantir o já conquistado.

### Apesar das dificuldades, centrais disputam espaço na agroindústria de São Paulo

É nesse terreno que as centrais sindicais ganham dimensão e se mostram concretamente no plano geral e específico (para cada categoria/sindicato). Isto ocorre quando elas se colocam em disputa pela hegemonia sobre o território do trabalho alienado, já fracionado pelos sindicatos. Dessa forma, as inovações a que se propõem, quanto à estrutura e organização sindical, tanto do ponto de vista vertical como horizontal, ficam subsumidas à disputa por territórios. Esta se dá sobre “velhos” sindicatos, engessados pelos “velhos” vícios da cultura sindical (assistencialismo, presidencialismo, paternalismo etc.).

Assim, o que mais transparece como definidor da presença das centrais sindicais assenta-se na delimitação do campo de influência de cada uma delas. Ocorre muito mais para demonstrar capacidade de arregimentação e domínio territorial do que para expressar suas credenciais de interlocução dos trabalhadores e das entidades sindicais que supostamente representam. Desta forma, permanecem engessadas no fracionamento corporativo das categorias sindicais.

Há exceções nesta disputa. A Força Sindical, por exemplo, é hegemônica nos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias (STIs) da Alimentação e do Açúcar; já a CUT, nos Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs); e a recém-criada Central Sindical dos Trabalhadores Independentes (CSTI) tem participação expressiva nos Sindicatos dos Condutores do interior. Não obstante, todas elas encontram-se pulverizadas pelas demais categorias, com menor ou maior número de sindicatos filiados, concentrando-se mais nessa ou naquela porção do Estado. Já a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) tem presença inexpressiva em alguns poucos STRs.

Esse vazio organizativo não ocupado pelas centrais alimenta perspectivas por parte de alguns sindicatos independentes de for-

mar uma frente e promover ações organizativas próprias. Esse processo sinaliza para esse segmento dos sindicatos - com pequena expressão nos Sindicatos dos Condutores e predominante nos STRs e nos Químicos - a possibilidade de se constituir uma "frente ampla independente" do movimento sindical dos trabalhadores da agroindústria sucro-alcooleira paulista. O objetivo seria o de agir por fora das estruturas das centrais, aliançando-se não só com os sindicatos independentes, mas com "todos aqueles que se dispuserem a enfrentar os desafios da unificação dos trabalhadores".

Não está em pauta, portanto, o questionamento e a discussão sobre o processo de "modernização conservadora" da agroindústria, ou sobre o desemprego, o salário real etc. Nem sequer se colocam em xeque os limites das corporações e a parametrização da estrutura e organização sindical vigente. Enfim, o operário não está em primeiro lugar, nem tampouco a preocupação com a apropriação dos frutos do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, para essa corrente independente, também não está em questão o confronto direto com o capital.

Em síntese, a expressão das hegemonias da Força Sindical e da CUT não foi suficiente para alavancar ações específicas no âmbito destas corporações. Elas pouco interferem na planta fabril dos trabalhadores das usinas e destilarias anexas enquadrados na alimentação e nos trabalhadores rurais abrigados nos SERs, respectivamente. Pode-se ponderar que a CUT, por ser a única central presente nas categorias de trabalhadores da agroindústria sucro-alcooleira paulista, reuniria potencialmente melhores condições de alçar ações mais amplas, horizontalizando os estreitos limites da verticalidade oficial. Mas, concretamente, isso não se expressa como projeto político desta central.

**CUT é ambígua na definição das táticas e estratégias de intervenção no campo**

Apesar dos limites e contradições internas presentes na CUT, vale registrar que ela é a central melhor estruturada dentre as demais. Ela também representa a parcela politicamente mais avançada do sindicalismo brasileiro, destacando-se como referência dos trabalhadores quando resgata iniciativas de mobilizações sociais e perspectivas de construção, através do movimento sindical e da sociedade organizada, de novos caminhos em busca do fortalecimento do trabalho no confronto com o capital. Apesar destes fatores, constata-se que a CUT é ambígua no estabelecimento de suas táticas e estratégias de luta no campo.

Por outro lado, os avanços obtidos pela CUT, tanto qualitativos quanto quantitativos, não se materializaram ainda nos objetivos apregoados pelo "novo sindicalismo". A central tem dificuldades, por exemplo, na implantação da organização nos locais de trabalho (OLTs) e na democratização das máquinas sindicais. Apesar de condenar, seus sindicatos têm perpetuado a prática do fortalecimento do acesso à justiça do trabalho, via dissídios coletivos. Isto resulta que os sindicatos não precisam mobilizar as bases e nem estar na dianteira de suas lutas.

De fato, a CUT não priorizou a fusão de sindicatos. Assim, deixou de incorporar suas próprias deliberações que apontam para a desmunicipalização das lutas e da ação sindical como um todo. Também pouco evoluíram as discussões sobre as estruturas organizativas (se por produto, por ramo ou cadeia produtiva). Isto apesar das conclusões do V Concut, realizado em maio de 1994, que deliberou "pela necessidade de avançar ainda mais as lutas por categoria para as mobilizações de caráter geral e para um novo sistema de relações de trabalho".

No geral do sindicalismo brasileiro, alastraram-se as práticas que incentivam atos de corrupção de diretorias inteiras, como é o caso da ajuda de custo e dos salários extras. Na área rural, em especial, a prática sindical continua muito próxima ou estreitamente ligada aos trejeitos da Contag (Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Mantem-se a tendência à corporativização e burocratização dos sindicatos, à restrição da ação na esfera geográfica do sindicato (base territorial municipal), de acordo com a estrutura oficial, e o apego incondicional às “contribuições sindicais”.

Frente a esse quadro, os avanços conseguidos a partir das mobilizações dos trabalhadores rurais, assim como o crescimento do número de sindicatos filiados à CUT e o acúmulo das reflexões sobre as táticas usadas pelo capital nos diferentes momentos da produção (em especial, na agroindústria), não foram suficientes para consubstanciar projetos específicos para os assalariados ligados à agroindústria sucro-alcooleira.

### **Idéia da câmara setorial da agroindústria reforça o culto à negociação**

A proposta da ação sindical por dentro da câmara setorial da agroindústria, apesar de ainda não ter se consumado, é entendida pela

direção da CUT como um componente estratégico. Representaria para ela uma nova forma de organização e ação sindical, voltada para enfrentar o desemprego e encaminhar as lutas específicas por aumentos salariais compatíveis com a elevação da produtividade, em negociação permanente com as empresas e com o Estado.

Por esta proposta, o Estado permaneceria com o papel de determinar e impor sua gestão macro-econômica e política mais abrangente ao setor, consoante com os desígnios do capital. Ela se articularia ao parâmetro jurídico-institucional, que faz selar o quadro vigente, só que pela via do “tripartismo”. Desta forma, caminharia rumo à consumação da tese da parceria entre capital e trabalho, mantendo-se vivo o fracionamento corporativo da estrutura sindical.

Sua ação seria direcionada, portanto, para um novo estágio de entendimento entre as partes. Este culto à negociação, às câmaras setoriais, insere-se num projeto de dominação de maior dimensão, com o trabalho permanecendo imerso na roda viva dos postulados do capital. Diferentemente de ou-



Juca Martins

tras avaliações e propostas de ação, na linha do enfrentamento ao capital, a câmara setorial aparece como uma alternativa muito elogiada pelos porta-vozes dos empresários.

Constata-se, ainda, o abandono das discussões em torno de outras propostas de estrutura e organização sindical, ainda que polêmicas, como a da criação dos sindicatos da agroindústria (com base territorial regional) ou dos *sindicatos* (como foram batizados por reunir no seu interior o conjunto das categorias sindicais envolvidas). Estas emergiram num momento de ascensão do debate sindical (final da década de 80 e nos primeiros anos da década de 90).

Todo esse processo ocorre num momento em que se assiste o fortalecimento quantitativo da CUT no sindicalismo do campo. Segundo dados oficiais, de um total de 18,4 milhões de trabalhadores na base representados pela central, 6,5 milhões são trabalhadores rurais - destes, 1,4 milhão de trabalhadores são sindicalizados, reunindo-se em 745 sindicatos filiados. Vale lembrar que o índice de sindicalização no campo é inferior ao alcançado pelo total dos sindicatos cutistas (22,0% para 28,8% respectivamente).

Outro fato que se destaca é que dos 429 STRs associados à CUT no final dos anos 80, 70% foram fundados até 1980. Este índice se assemelha ao conjunto dos 2.844 STRs existentes na época, dos quais 79% foram criados até início dos anos 80. Já dos 745 filiados à CUT até novembro de 1994, 75% já eram cadastrados. Isso mostra, portanto, que o crescimento da central no campo deu-se principalmente sobre os STRs já existentes e que grande parte dos sindicatos cutistas eram e continuam filiados à Contag - e, em consequência, às federações estaduais.

**Em meio à polêmica sobre a estrutura sindical, a CUT decide priorizar a Contag**

Desde a sua fundação que a CUT reflete sobre as formas de intervenção no sindicalismo do campo. No II Congresso do Departa-

mento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT), em abril de 1993, a polêmica centrou-se no caminho a seguir na redefinição dos rumos da estrutura sindical cutista. O dilema na ocasião era atuar por dentro da velha estrutura ou por fora - neste último caso, se a central construiria paralelamente sua própria proposta de estrutura no campo. O mesmo debate já ocorrera durante o I Congresso, em 1991.

Na verdade, uma falsa polêmica. Afinal, o que estava em realce naquele momento era a expansão, a curto prazo, da CUT no campo. Este tema se atrelava à postura a ser adotada diante "da forma e metodologia de condução do processo de intervenção cutista nas federações e na própria Contag", via estrutura oficial. Esse tese foi rejeitada pelos delegados presentes no II Congresso do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais (DETR/CUT/SP), em março/93, devido à expressiva presença dos SERs, com quase metade dos delegados.

Nesse evento foram aprovadas duas resoluções: 1) abandono da disputa nas eleições da Fetaesp, que se daria no próximo ano; 2) que a Feraesp passava a ser a instância de organização dos assalariados rurais cutistas (no caso também dos STRs que dispusessem de assalariados). Já o DETR cuidaria da luta pela terra e dos pequenos produtores, abrindo a possibilidade de criar ou mesmo estabelecer vínculos com as associações de pequenos produtores já existentes. Isso esclarece qual-quer "dúvida", já que o caminho que se decidiu trilhar foi o mesmo que já estava em curso - ou seja, por dentro da estrutura oficial.

Esta posição foi confirmada na 1ª Plenária Nacional do DNTR, em agosto de 1993, que deliberou pela manutenção da disputa da Contag, "considerando-a como uma das partes da construção da CUT no campo, porém não sendo a única tarefa a ser feita pelos cutistas". Por outro lado, decidiu-se reforçar alguns pontos de "tensão" com a Contag.

Isto fica explícito quando se define implementar "organizações sindicais de base diferenciadas entre sindicatos de assalariados rurais e pequenos agricultores, respeitando o acúmulo político-organizativo e as realidades locais existentes". Aparece tam-

bém na defesa do estreitamento de relações e na permissão de participação, na estrutura vertical dos rurais da CUT, “das entidades de organização da produção e comercialização, como associações e cooperativas, incluindo, também, os movimentos sociais no campo, como os Sem-Terra, Atingidos por Barragens etc”.

Na decisão de manter a disputa na Contag teve peso desequilibrador o fato da CUT estar formalmente dentro desta confederação (e dela não querer sair) desde o seu V Congresso, em 1991, quando compôs chapa. E mais: ponderou-se naquele momento que a CUT já dirigia quatro federações estaduais, encontrava-se em diretorias de composição com outras forças em mais três e disputava, a partir de alianças, as demais.

### **Redefinir a estratégia de ação no sindicalismo do campo é a questão decisiva**

Assim, não se trata de desvio de rota o fato da CUT estar na Contag, mas sim da consubstanciação da avaliação hegemônica da cúpula dirigente da central. Por esta opinião, esta presença dá mais força à central rumo à implementação do seu projeto estratégico de ser hegemônica no campo. Todavia, ao redor e no interior da Contag cristaliza-se uma postura de nem sequer mencionar o que existe fora dela, como os movimentos dos atingidos por barragens (MAB), o movimento dos trabalhadores sem terra (MST) e outras formas de organização, como os Sindicatos de Empregados Rurais (SERs), que, por sua vez, estão filiados à CUT.

Sem contar que, na busca de (re)definições e (re)composição do *port-folio* cutista, o 3º Congresso do DNTR, em novembro de 1995, definiu-se pela sua auto-extinção e pela criação de uma coordenação nacional dos rurais da CUT, agora vinculada à executiva nacional da central. Na prática, essa obra de engenharia política consoma a Contag como a única representante política e sindical dos trabalhadores rurais. Ela é que detem a

prerrogativa de garantir articuladamente “um projeto alternativo de desenvolvimento rural” - algo que não definido no 3º Congresso.

A questão a ser posta em evidência nesse contexto passa a ser o porquê do discurso e da ação do “novo sindicalismo” não se traduz numa prática sindical capaz de romper com a velha estrutura e a já superada ação sindical no campo? Por onde gravitam as alternativas para o conjunto do operariado?

Abate-se sobre a CUT a necessidade de redefinir seu projeto de intervenção, que desde a sua fundação sempre foi medularmente intercategoriais, de unificação dos trabalhadores do campo e da cidade. Isto é, de recompor a oposição cidade-campo (imposta pela divisão técnica e territorial do trabalho, já totalmente redimensionada pelo capital) em outros moldes de organização do trabalho, superando a que ainda é mantida pelo movimento sindical.

Restabelecer o abandonado projeto de classe (para si), baseado na aliança operário-camponesa, é hoje um pressuposto básico para a central. A questão que está colocada é a de retomar a redefinição geral do conteúdo e das estratégias de libertação, no sentido de colocar a gestão da história ao encargo daqueles que efetivamente a produzem com seu trabalho, enraizando-se assim numa outra espacialidade a relação cidade-campo. Qual seja: como unidade orgânica dos dominados - unidade, aliás, posta em xeque com a filiação da CUT à Ciosl.

O desafio para a CUT é o de ser uma entidade afinada com os pressupostos fundamentais da construção de uma sociedade socialista. Não obstante, a central enfrenta, concretamente, o grave problema da acomodação dos seus dirigentes, inclusive nas entidades de base. Estes temem a perda do controle dos aparelhos sindicais que a fusão e organização por ramo de atividade indubitavelmente desencadearia. No atual quadro, tensionam-se as disputas internas. Correntes minoritárias apelam para o restabelecimento do projeto cutista de estrutura e organização sindical e a tendência majoritária insiste que o suposto “desvio de rota” da central é consequência do caminho escolhido para sua construção.

\* Professor e pesquisador do departamento de geografia da FCT/Unesp (Presidente Prudente) e doutor pelo departamento de geografia da FFLCH/USP

# A identidade cultural e a ação sindical na base

Emílio Gennari \*

Nos últimos 15 anos, o movimento operário e sindical brasileiro assistiu a um progressivo esvaziamento de suas organizações de base. Apesar de todas as correntes afirmarem a necessidade da organização no local de trabalho, o modelo de ação sindical alicerçado na agitação e na representação dos trabalhadores perante o empresariado tem se mostrado incapaz de realizar esta tarefa. Para além das boas intenções, o dia-a-dia dos sindicatos têm revelado o progressivo afastamento das diretorias do cotidiano do trabalho, a substituição da ação direta pela intervenção em nível institucional, a crescente burocratização dos dirigentes e a limitação das condições que favoreciam a participação ativa dos militantes de base.

Nesta situação torna-se cada vez mais difícil dialogar com os trabalhadores e envolvê-los na ação sindical. A potência do carro de som, o boletim diário e as próprias visitas dos diretores à portaria da empresa são incapazes de superar a distância que separa a máquina sindical da realidade vivida pelas bases. Mas, por que, apesar do peso da exploração, os trabalhadores não se unem e não se mobilizam? Por que as próprias diretorias não conseguem organizá-los e levá-los à luta se, como eles, buscam melhorar as condições de vida e de trabalho?

Em primeiro lugar é necessário resgatar que em qualquer agrupamento humano não existe uma ligação direta e necessária entre a percepção de um interesse comum a ser defendido e a sua imediata mobilização e orga-

nização para atingí-lo. De fato, a vontade coletiva que mantém um grupo numa situação de passividade ou o empurra para a ação não pode ser reduzida a uma simples soma-tória de vontades e comportamentos individuais orientada por um determinado interesse, mas tem como pressuposto a existência de uma cultura coletiva.

Em outras palavras, o alicerce sobre o qual se ergue qualquer tipo de ação de um certo número de pessoas é constituído pela presença de valores, idéias, práticas e vivências cuja inter-relação tece no dia-a-dia uma identidade e uma visão de mundo comuns à maior parte dos indivíduos que compõem um determinado agrupamento. Através destes elementos, as pessoas interpretam a realidade, incorporam ou rejeitam total ou parcial-

mente as mensagens que recebem do mundo externo, consolidam ou fazem avançar determinados hábitos e tradições. Ou seja, forjam uma identidade coletiva que alimenta suas ações e serve de meio de comunicação com os outros grupos.

Ao tratar especificamente do ambiente de trabalho, constata-se que a formação dessa identidade pode ter como base inicial fatores sociais diferenciados. Mas ela evolui sempre num movimento contraditório entre a coerção imposta pelas necessidades da sobrevivência, que leva o trabalhador a conformar-se com sua situação de assalariado, e a necessidade de criar espaços de liberdade nos quais seja possível reafirmar o sentimento de dignidade e as características pessoais aniquiladas pela organização capitalista do trabalho.

É nesse contexto que devem ser lidas as formas de resistência individuais e coletivas que buscam paralisar ou atrasar a realização do trabalho, ou, ainda, golpear os que ocupam cargos de chefia. Longe de ser expressão da consciência de classe pronta e acabada, na maioria das vezes é apenas resposta à situação de injustiça de um determinado grupo de trabalhadores. A resistência, de fato, tende a ganhar corpo e consistência toda vez que a exploração passa dos limites, quando parece que não há regras para conter os abusos, ou, também, quando não são cumpridas as normas que os trabalhadores reconhecem como justas.

Trata-se, portanto, de uma ação que visa corrigir os erros, desagrar as injustiças, fazer com que as relações voltem aquilo que, tradicionalmente, se aceita como “*justo*” dentro da própria ordem capitalista. Ou seja, na maioria das vezes, a resistência tem apenas o objetivo imediato de fazer com que a exploração volte a acontecer dentro dos limites do aceitável, pois não está alicerçada numa visão de mundo que supera aquela que é projetada pelas classes dominantes. Portanto, por si só é politicamente incapaz de apontar para uma alternativa real à ordem existente.

### Gestos de resistência e de solidariedade surgem no cotidiano das empresas

Nesse contexto, é importante reparar que as formas de resistências têm maiores possibilidades de tornar-se coletivas na medida em que entre os trabalhadores já estão presentes práticas de solidariedade que se expressam em pequenos gestos de compreensão silenciosa, no ensino de macetes que reduzem a fadiga do trabalho, nos códigos que avisam da chegada do chefe, na capacidade de ouvir o desabafo dos colegas, na ajuda prestada ao operário quando este não consegue acompanhar o ritmo da linha de montagem. A princípio estas ações podem parecer insignificantes, mas é necessário perceber que para sua realização o trabalhador deve vencer o cansaço, a obsessão do salário, o individualismo imposto pela competição, o medo de ser repreendido, para reverter, ainda que momentaneamente, a ordem estabelecida pela empresa. Ou seja, mesmo que de forma embrionária, vão se consolidando na rotina do trabalho os elementos que possibilitam ações de rebeldia de mais amplo respiro.

Quando a solidariedade e as ações de resistência se alimentam reciprocamente, fortalece-se no trabalhador coletivo a consciência de que é possível buscar na luta a própria valorização e a realização dos seus anseios de uma vida melhor. Quando isso ocorre, acelera-se entre os funcionários o desenvolvimento de uma linguagem própria feita de símbolos, imagens e palavras-chaves. Estas, por serem incompreensíveis aos que ocupam cargos de chefia, buscam proteger as lideranças da ação repressiva da empresa, ao mesmo tempo em que, sendo usadas e assumidas pelo trabalhador coletivo, socializam com maior rapidez suas idéias, seus valores e sua própria compreensão das relações de trabalho.

A identidade cultural que vai se consolidando será constantemente atualizada pelas situações de conflito no ambiente interno e externo à empresa, pela introdução de novos métodos ou processos de produção que im-

plicam no desenvolvimento de novos saberes e pela rotatividade imposta à força de trabalho que periodicamente insere nos ambientes produtivos pessoas novas, portadoras de outras culturas e outras identidades. Ao mesmo tempo em que, com a demissão, o trabalhador coletivo pode ser privado daqueles membros nos quais estava mais fortemente arraigada uma tradição de luta e de resistência.

Mas isso não é tudo. De fato, na medida em que essa unidade cultural passa a ser compartilhada pela maioria dos trabalhadores de um setor e/ou de uma empresa, estes passam a organizar de forma sistemática o boicote às informações sobre os problemas relativos ao ambiente produtivo. Também criam lideranças informais ouvidas e respeitadas por todos em função de sua capacidade pessoal de se comunicar com o universo simbólico dos trabalhadores, de encarar os conflitos e de seu próprio grau de profissionalismo. Suas orientações, pouco a pouco passam a valer mais do que as ordens da própria chefia, cujo poder de mando é progressivamente colocado em cheque pelo desenvolvimento coletivo de um sistema informal de normas e punições. Este tende a isolar e marginalizar quem o desrespeita, pela invenção de novos e mais eficientes métodos de trabalho que não serão revelados às chefias, pela realização de brincadeiras contrárias às práticas e normas estabelecidas pela empresa etc.

Com tudo isso, não queremos afirmar que em qualquer um dos estágios em que se encontra a cultura desenvolvida pelos trabalhadores ela seja alheia às contradições ou não acabe materializando em suas mediações elementos da ideologia dominante. De um lado, ao sublinhar a heterogeneidade dos mundos do trabalho e de suas identidades culturais em constante evolução, queremos mostrar a impossibilidade da ação sindical vir a organizar os trabalhadores quando ela é desenvolvida de fora para dentro dos locais de trabalho, através do discurso padronizado que raramente entra em sintonia com estas identidades. Em consequência, as direções sindicais não conseguem visualizar e, ainda menos, valorizar as práticas de resistência e a organização informal já existentes que mediati-

zam as lutas dos trabalhadores, transformando, assim, num diálogo de surdos a relação entre base e direção.

### **Empresas procuram orientar a vida pessoal e familiar pela exigência da produção**

Por sua vez, a intervenção das empresas junto ao trabalhador coletivo desenvolve-se tendo como alicerce quatro instâncias profundamente interligadas entre si:

1) Uma instância político-econômica na qual ela tece a sua relação com o Estado, com o mercado, com os movimentos sociais e políticos.

2) A organização do processo de trabalho, no qual a tecnologia e as formas de gestão do mesmo definem o perfil sócio-cultural da força de trabalho, o grau de mobilização das diferentes categorias profissionais empregadas pela empresa e sua inter-relação no plano econômico corporativo.

3) A instância das políticas de recursos humanos, na qual se expressa a filosofia da empresa no que diz respeito às políticas de recrutamento e seleção de pessoal, treinamento, desenvolvimento e carreira, cargos e salários, benefícios, higiene e segurança no trabalho, relacionamento com os sindicatos e com outros mecanismos de representação dos trabalhadores.

4) A instância do simbólico mediada por um conjunto de ações, rituais e acontecimentos que envolvem o cotidiano das relações de trabalho e visam construir e socializar constantemente a identidade da empresa. Sua ação, porém, não é restrita ao campo da comunicação entre o trabalhador coletivo e as chefias, mas a cada instante busca fortalecer a vivência de determinados valores e a construção do consenso ativo dos trabalhadores ao redor dos mesmos, enquanto oculta as relações de dominação que se estabelecem dentro e fora do ambiente produtivo. Estamos nos referindo, por exemplo, à ação das assistentes sociais, às semanas de prevenção de acidentes, às campanhas contra a AIDS, às festa de comemoração quando é atingida uma meta de produção, à premiação da me-

lhor e mais lucrativa idéia sugerida pelos trabalhadores que participam dos CCQs, aos momentos de lazer organizados pela empresa, através dos quais ela tende a controlar o tempo do trabalhador fora do horário normal de trabalho.

Situações estas que, aparentemente, representam um benefício para o trabalhador, mas que, na verdade, fazem com que, pouco a pouco, todos os aspectos de sua vida pessoal e familiar sejam orientados pelas exigências da produção. Além disso, ao controlar e dirigir uma parte significativa das situações que alimentavam os contatos informais dos seus funcionários, a empresa passa a ocupar um espaço de ação que antes era dominado pelo trabalhador coletivo e a destruir as condições que fortaleciam sua união e organização.

Este quadro nos ajuda a entender o local de trabalho como a arena na qual se desenvolve diariamente uma luta de hegemonias. Para os patrões, de fato, trata-se de agir não apenas para neutralizar os efeitos negativos das formas de organização e resistências de seus empregados, mas de dirigir política, intelectual e moralmente a sua vida e os seus anseios. Ao universalizar no trabalhador coletivo o próprio projeto político e sua concepção de mundo, a empresa produz uma identidade cultural que busca construir a cada momento as condições que garantem a integração ativa deste às necessidades de sua ordem rumo à manutenção e ao aperfeiçoamento do próprio sistema capitalista. Dessa forma, longe de alimentar situações de conflito que acabavam transformando simples trabalhadores em ativistas e militantes, os patrões tendem a resolver alguns de seus problemas antes que estes possam desgastar suas relações com os funcionários, a redefinir o sentido de suas reivindicações e a estabelecer com os sindicatos uma relação que tenha como pressuposto a busca incessante da qualidade e da competitividade da empresa, aumentando ainda mais a distância que separa as diretorias sindicais de suas bases.

**Para organizar a classe,  
sindicatos devem se inserir  
nos locais de trabalho**

E o sindicato, como pode inserir-se nesta disputa? Frente ao que dissemos, parece-nos indispensável que para organizar os trabalhadores enquanto classe, os dirigentes sindicais devem estar profundamente inseridos na vida e nos embates que diariamente se desenvolvem no local de trabalho. Somente assim é possível conhecer profundamente o que os trabalhadores estão pensando, compreender suas disposições de ânimo, falar a mesma língua, tornar coletivas formas de resistência individuais, criar as condições necessárias e suficientes para que a leitura das contradições e enfrentamentos que aí ocorrem sejam capazes de produzir respostas às perplexidades do trabalhador coletivo ou, ainda, de melhor explicitar suas próprias perplexidades e os elementos que nela se fazem presentes [1].

Em outras palavras, trata-se, num primeiro momento, de construir laços de confiança penetrando na visão de mundo e na identidade do trabalhador coletivo de forma tal que os elementos de sua própria tensão, entre o que ele é, pensa e faz diariamente frente às condições que o cercam e o que ele gostaria de ser e de fazer sob outras condições mais favoráveis, possam aparecer livremente [2]. Estes elementos ora evidenciarão uma tendência ao conformismo, à resignação e à paciência, ora servirão de estímulo a tomar consciência do fato de que os acontecimento da vida na empresa e na sociedade tem uma explicação racional, que a eles é possível opor resistência, fazendo assim transparecer nas expressões de sua visão de mundo que a ordem aparentemente natural que impera na sociedade, na verdade não passa de uma manifestação histórica de determinadas relações sociais de produção.

Agora, se é verdade que o não assumir a identidade cultural do trabalhador coletivo leva à marginalização do ativista e militante pelo próprio grupo, é também verdade que a incorporação desta identidade cultural deve acontecer de maneira crítica. Somente assim é possível identificar, trabalhar e eliminar os elementos da ideologia dominante que emperram sua evolução rumo a uma novo estágio da consciência de classe, ao mesmo tempo em que é possível evidenciar, desenvolver, tornar unitários e coerentes os ele-

mentos dessa mesma identidade que, de forma embrionária e desordenada, já apontam para a necessidade do trabalhador coletivo assumir a luta por sua emancipação.

Por sua vez, essa incorporação/superação dos elementos que constituem a identidade cultural do trabalhador coletivo cria as condições para moldá-la em novo patamar num processo de formação prático-teórica do próprio trabalhador coletivo. Processo no qual ele deixa de ser objeto de representação para tornar-se sujeito que a cada momento é chamado a refletir sobre a realidade, a traçar estratégias e pensar formas de ação que lhe permitam superar os limites da ordem existente, fortalecendo assim sua capacidade de intervenção na história e abrindo caminhos para que ele possa se tornar classe dirigente.

De consequência, se os sindicalistas realmente têm como objetivo de sua ação contribuir para criar as condições da superação das relações sociais de produção existentes (o que implica também na própria superação da divisão entre dirigentes e dirigidos), sua intervenção no movimento deverá ter sempre como alicerces uma ampla e aberta disputa e discussão em torno de projetos que organizem a cada momento a identidade e a autonomia da classe em meio à heterogeneidade do trabalhador coletivo e de suas expressões culturais.

Por parte dos dirigentes do movimento operário sindical trata-se de ter razão **na** classe e não **sobre** a classe, de construir a hegemonia desta em diálogo e confronto aberto com os projetos e visões de mundo já presentes na própria classe, respeitando, potencializando e coordenando ao mesmo tempo suas formas de luta e organização. Sem dúvida uma tarefa difícil, mas imprescindível para quem realmente se propõe a superar as distâncias entre as bases e as direções e a trabalhar a cada instante para a construção de uma nova ordem social.

## NOTAS

- [1]- Neste sentido nos chamou particularmente a atenção uma das conclusões de um estudo de caso recentemente realizado no setor petroquímico. Após constatar o abismo existente entre a ação do sindicato e a solução dada aos problemas presentes na empresa pelo desenrolar das lutas informais, a pesquisadora

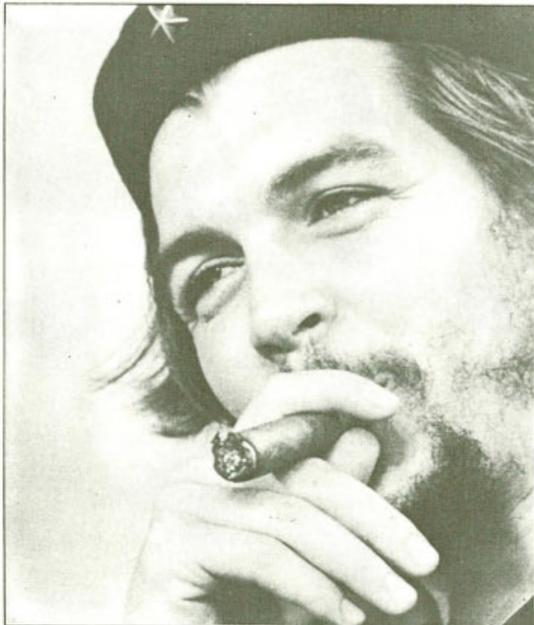
conclui: "Os trabalhadores da empresa em estudo criticam ainda a homogeneização do tratamento e do discurso que a direção sindical formula para bases sindicais extremamente heterogêneas (químicos e petroquímicos). Criticam o tom generalizador do sindicato, voltado para os grandes temas das conjunturas políticas sem se dar conta das questões específicas que se colocam dentro da empresa. Os trabalhadores petroquímicos, em especial os mais politizados, acham que o pessoal do sindicato é fraco. É tudo a mesma coisa! Nas entrevistas a situação sindical aparece mesmo como um entrave ao amadurecimento de lutas fabris". Em Saliba Rizek, Cibele, **Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência**.

- [2]- Neste sentido Reich escreve: "Se nos recusamos a dar atenção às manifestações menores da vida das massas, aparentemente futuristas e acessórias, as massas não acreditarão - e terão razão - que nós as possamos compreender quando se tomar o poder". Em Reich, W., **O que é consciência de classe?**

## BIBLIOGRAFIA

- Beynon, Huw. **Trabalhando para Ford - Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística**. Ed. Paz e Terra, SP, 1995.
- Dias, Edmundo Fernandes. **Democracia Operária**. Vol. I e II, Ed. Unicamp, Campinas, 1987.
- Frederico, C. **A vanguarda operária**. Ed. Símbolo, SP, 1979.
- Gracioli, E.J. **A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro de 1988**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1984.
- Hobsbawn, Eric J. **Mundos do trabalho - novos estudos sobre história operária**. Ed. Paz e Terra, SP, 1988, 2ª edição.
- Kuenzer, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica - as relações de produção e a educação do trabalhador**. Ed. Cortez, SP, 1989, 3ª edição.
- Leite, Paula Márcia de., Silva, Roque Aparecido, (org.). **Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência**. Iglu/Ides/Labor Editores, SP, 1991.
- Leme, M.T. Fleury e Fischer, R.M. (org.). **Cultura e poder nas organizações**. Ed. Atlas, SP, 1989.
- Linhar, Robert. **A greve na fábrica**. Ed. Paz e Terra, SP, 1978.
- Reich, Wilhelm. **O que é consciência de classe?**. Ed. H.A. Carneiro, Porto, 1976.
- Reynaud, Emmanuel. "Identités collectives et changement social: les cultures collectives comme dynamique d'action", em **Sociologie du Travail** 2-82.
- Veiga, Sandra Kayrunk e Fonseca, Isaque. **Volta Redonda - entre o aço e as armas**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1990.
- Weil, Simone **A condição operária e outros escritos sobre a opressão**. Ed. Paz e Terra, RJ, 1979.

\* Integrante do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio



1997 será marcado pelas homenagens a um dos maiores símbolos de rebeldia deste século - o guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara, tombado na Bolívia em 8 de outubro de 67. Nestes 30 anos, sua figura despojada e heróica inspirou milhares de pessoas na luta contra a opressão e a exploração capitalista. Até hoje seu nome é reverenciado em Cuba, onde ajudou a dirigir a revolução, e no resto do mundo por seu espírito revolucionário e internacionalista. Como forma singela de homenageá-lo, a *Debate Sindical* publicará neste ano artigos de vários autores sobre sua contribuição à luta de emancipação dos trabalhadores.

# Suprimindo a alienação

Paula Beiguelman \*

Começou com uma investida contra a tirania e o subdesenvolvimento (colonialismo econômico) responsáveis pela fome do povo. E eis que no horizonte já apontavam sinais em direção da libertação e da construção de uma nova sociedade. O objetivo visado se ampliava: o alvo passava a ser substituir o reino da necessidade pelo reino da liberdade, suprimir a alienação, levar o homem a alcançar sua humanidade.

Durante a gesta revolucionária, a atitude dos combatentes, em doação total à causa, já anunciava o homem do futuro. Por isso o Che considerava que uma das tarefas fundamentais, do ponto de vista ideológico, consistia em "encontrar a fórmula para perpetuar na vida cotidiana essa atitude heróica".

Como tornar tal aspiração realidade? Um grande obstáculo a vencer é o passado que se faz sentir na consciência individual, sobre a qual pesam os resquícios de uma educação sistematicamente orientada para o

isolamento do indivíduo. Mas sobretudo há que ter presente que a mercadoria é o núcleo econômico da sociedade capitalista; enquanto ela existir, seus efeitos se farão sentir na organização da produção e na consciência. Ou seja, é quimérico perseguir a implantação da nova sociedade com a ajuda das armas podres legadas pelo capitalismo: mercadoria, rentabilidade, emprego do interesse material individual como estímulo. Pois enquanto são adotadas, essas categorias vão fazendo seu trabalho de sapa, prejudicando o desenvolvimento da consciência.

Em outras palavras, para transformar corretamente a estrutura econômica é preciso simultaneamente mudar o homem, criar o homem novo. Daí a importância de escolher com acerto o instrumento de mobilização das massas, utilizando recursos que devem ser principalmente de ordem moral. A sociedade deve se tornar uma gigantesca escola onde, num processo consciente, se ensinam os no-

vos valores morais, que têm como base a verdade.

Nessa atividade pedagógica é dada atenção especial à juventude. “A argila fundamental de nossa obra é a juventude; nela depositamos nossa esperança e a preparamos para tomar a bandeira das nossas mãos”. Quanto à alienação, liberar o homem do seu jugo constitui a mais importante ambição revolucionária. Com efeito, uma vez rompidas as cadeias da alienação, o homem atinge a consciência total do seu ser social, condição de sua plena realização como criatura humana.

Mas para que isso suceda e o homem se desenvolva harmonicamente e em plenitude, é preciso que cesse de existir o trabalhador-mercadoria, o homem que vende sua força de trabalho. Por isso, na sociedade transformada, o trabalho liberado não implica mais o abandono de uma parte do ser humano sob a forma de força de trabalho vendida e exterior ao trabalhador, mas se torna uma emanção dele, um aporte à vida comum que ele compartilha. Os meios de produção pertencem à sociedade e a máquina é a trincheira onde o homem cumpre o seu dever social, recebendo em troca a cota-parte que a sociedade lhe destina.

A nova sociedade fará todo o possível para dar ao trabalho essa nova dimensão de dever social e para ligá-lo de um lado ao desenvolvimento da técnica e de outro à atividade voluntária. Pois não estando mais os trabalhadores coagidos a vender sua força de trabalho como mercadoria e se tornando progressivamente vigentes os valores de generosidade do homem consciente, empenhado em servir a coletividade, o próprio trabalho voluntário se transforma em algo que passa a ser disputado pelos mais valorosos.

Dentro desse referencial, na sociedade transformada, malgrado a aparente padronização, o homem se torna mais completo, assim como se torna muito maior sua possibilidade de expressar-se e de influir no aparelho social. É que a nova sociedade, liderada por sua vanguarda - os melhores entre os bons - é constituída por indivíduos conscien-

tes, “homens que lutam para sair do reino da necessidade e entrar no reino da liberdade”.

Uma vez proposta a superação da alienação, as categorias econômicas provindas do capitalismo devem ser rechaçadas. Ao estímulo material direto se contrapõe o estímulo moral, a consciência, que faz com que o trabalho se converta num imperativo - e agradável. Na nova sociedade também o comércio entre os povos assumirá formas mais elevadas, inclusive para reforçar o espírito do internacionalismo proletário.

E quanto à categoria mercado, Che nega sua existência na relação entre empresas estatais, considerando a todas elas como parte de uma única e grande empresa que é o Estado. A planificação centralizada é o modo de ser da nova sociedade, sua categoria definidora e o ponto em que a consciência do homem alcança, por fim, o alvo de dirigir a economia à sua meta: a plena liberação do ser humano. “As forças produtivas estão se desenvolvendo, as relações de produção mudam; tudo está esperando a ação direta do Estado obreiro sobre a consciência”.

\*\*\*\*\*

Na nota acima limitamo-nos a mencionar alguns aspectos mais filosóficos do importante acervo teórico legado por Ernesto Che Guevara. Ativemos-nos aos escritos: *Cuba, excepción histórica o vanguardia en la lucha contra el colonialismo*; *El socialismo y el hombre en Cuba*; *Sobre el sistema presupuestario de financiamiento*.

Tratando dessa mesma temática existe uma obra valiosa, *Pensar al Che*, em dois volumes, trabalho coletivo que reúne excelentes estudos de vinte e três autores, acompanhados de apresentação e prefácio. Essa obra, concluída em fins de 1988, foi publicada pelo Centro de Estudios sobre América, de Havana, como sequência às homenagens prestadas um ano antes ao insigne lutador, pelos vinte anos de sua queda. Da mesma forma, pela passagem dos trinta anos, em 1997, o Instituto Maurício Grabois e o Centro de Estudios Sindicales acabam de instituir um Concurso Che Guevara de prosa, poesia e cartazes.

\* Professora de sociologia política da USP, autora de diversos livros, membro da diretoria do Sindicato dos Escritores/SP e da Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil

# Concurso CHE GUEVARA

## Homenagem aos 30 anos de sua morte

### Regulamento

1. O Instituto Maurício Grabois e o Centro de Estudos Sindicais instituem nesta data o Concurso Che Guevara, que terá o seguinte regimento:

a) A ele poderão concorrer pessoas de toda nacionalidade, cor, gênero, religião, credo político ou filiação partidária.

Parágrafo Único - dele poderão participar equipes ou entidades que assinarão os trabalhos e concorrerão coletivamente ao prêmio.

2. Todos os trabalhos deverão abordar aspectos da vida e da obra de Ernesto "Che" Guevara.

3. O Concurso será dividido em três seções ou áreas, com prêmios separados para cada uma.

Essas seções serão:

a) *Prosa (de ficção ou ensaio)*

b) *Poesia*

c) *Cartaz*

4. Os concorrentes deverão enviar à secretaria do concurso, com seu pseudônimo, 5 (cinco) cópias do trabalho, sendo:

*Prosa: com no máximo de 150 (cento e cinquenta) laudas (uma lauda equivale a 20 linhas de 70 toques), enviada com 5 (cinco) cópias em papel e gravada em disquete (word 6.0).*

*Poesia: as poesias deverão ser enviadas com 5 (cinco) cópias e uma cópia em disquete.*

*Cartaz: original em tamanho natural e 4 (quatro) cópias (pode ser em tamanho reduzido).*

5. Os concorrentes enviarão separadamente em envelope lacrado, o pseudônimo, nome completo datilografado, título do trabalho e assinatura legal em nome de:

CONCURSO CHE GUEVARA  
Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158  
CEP 01323-010, São Paulo - SP  
Informações: (011) 289-1496 - Antonia

6. Os trabalhos deverão ser apresentados improrrogavelmente até o dia 30 de julho de 1997.

7. Terminado este prazo, a comissão julgadora, que será constituída de intelectuais de reconhecido valor, terá 30 dias para tornar público os nomes dos

vencedores do concurso. Isto se dará em ato público e o seu resultado será imediatamente comunicado aos vencedores.

8. Os prêmios serão assim distribuídos:

	Prosa	Poesia	Cartaz
1º lugar	Publicação*	Publicação	Viagem a Cuba
2º lugar	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00
3º lugar	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00

\* A depender de patrocinador haverá também viagem a Cuba.

Obs.: Haverá também menção especial aos melhores trabalhos realizados por jovens de até 25 anos, que não tenham sido contemplados nas premiações regulares.

9. Divulgados os nomes dos ganhadores, os organizadores do concurso terão um mínimo de 10 (dez) dias e um máximo de 20 (vinte) dias para entregar os prêmios aos vencedores ou seus representantes em sessão solene e local público que será antecipadamente anunciado.

10. Os concorrentes não poderão apelar da decisão do Juri, que será irrecorrível. Os originais que não forem premiados não serão devolvidos, ficando depositados nos arquivos do Instituto Maurício Grabois.

São Paulo, 06 de novembro de 1996

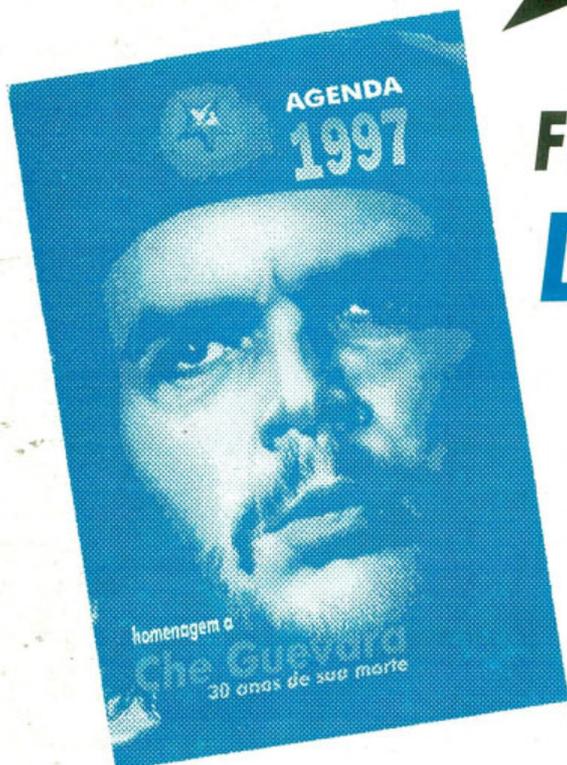
Pela Comissão Organizadora:

Clóvis Moura, Paula Beiguelman,  
Soraya Moura, Marco Antonio Villa,  
Aluísio Sampaio, Martiniano J. da Silva,  
Antonio Fernandes Neto

**promoção:**

**Instituto Maurício Grabois**  
**Centro de Estudos Sindicais**

**PROMOÇÃO  
ESPECIAL**



**Faça a sua assinatura da  
Debate Sindical  
e ganhe uma agenda  
em homenagem a  
Che Guevara**

Inicie o ano com uma agenda repleta de belas poesias e textos em homenagem ao revolucionário Ernesto Che Guevara, um dos maiores símbolos de rebeldia deste século. Ao fazer a assinatura da Debate Sindical (R\$ 28,00) - uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências -, você recebe a agenda (que custa R\$ 10,00). A promoção é especial. Você paga apenas R\$ 33,00!

Não perca tempo! Faça hoje mesmo a sua assinatura. Receba em casa ou na sede da sua entidade a agenda e a única publicação brasileira especializada no estudo do sindicalismo. A assinatura dá direito a quatro edições da revista. Preencha os dados abaixo em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Monsenhor Passálacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, Fone/Fax: (011) 289-1496.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Telefone(s): (     ) \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Data da assinatura: \_\_\_\_\_

Sindicato a que pertence: \_\_\_\_\_